

Instituto Politécnico de Setúbal



Escola Superior de Ciências Empresariais

Evolução Financeira das Freguesias: Região de Lisboa e Vale do Tejo

Período de 2009 - 2012

Autora: Rute Cordeiro Ascenso

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

ORIENTADORA: Prof.^a Doutora Ana Bela Teixeira

Setúbal, 18 de novembro de 2015

Agradecimentos:

A elaboração de uma dissertação é um processo solitário, o qual acarreta sacrifícios do autor e de todos aqueles que o rodeiam, pelo que não poderia deixar de agradecer todo apoio despendido por aqueles que me são mais próximos: o meu marido, filho, mãe, amiga Tina, amigo e mestre o Sr. Quintelas, a orientadora Prof.^a Doutora Ana Bela Teixeira e aqueles que direta ou indiretamente, fizeram parte deste caminho.

A todos muito obrigado.

Índice

Resumo	1
Abstract	2
1. Introdução	3
2. Parte I: Revisão da Literatura.....	4
2.1. O Setor Público em Portugal.....	4
2.2. Administração Local e o POCAL	7
2.3. Freguesias e o Regime Geral e Simplificado	13
2.4. Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses	18
3. Parte II: Metodologia e amostra	20
3.1. Metodologia a utilizar	20
3.2. Amostra: Caracterização da Região de Lisboa e Vale do Tejo	22
4. Parte III: Análise e Discussão dos Dados Obtidos	28
Estudo de Caso: Região de Lisboa e Vale do Tejo	
4.1. Análise da execução orçamental das Freguesias.....	28
4.1.1. Independência Financeira	28
4.1.2. Receitas Autárquicas	31
4.1.2.1. Execução global do orçamento da receita	32
4.1.2.2. Estrutura e evolução da receita por capítulos económicos: Receita Corrente e Receita de Capital	35
4.1.3. Despesas Autárquicas	38
4.1.3.1. Execução global do orçamento da despesa	39
4.1.3.2. Estrutura e evolução da despesa, por classificação económica	42
4.1.3.3. Principais despesas realizadas, por classificação económica	44
4.1.4. Situação financeira global	47
4.1.4.1. Comparação da receita cobrada com a despesa realizada e paga	47
4.1.4.2. Saldos orçamentais.....	49
4.1.5. Análise financeira, económica e patrimonial das freguesias	50

4.1.5.1. Fiabilidade do balanço e da demonstração de resultados	50
4.1.5.2. Ativo	51
4.1.5.3. Fundos próprios (património líquido) e proveitos diferidos	54
4.1.5.4. Passivo	55
4.1.5.5. Endividamento líquido	57
4.1.5.6. Custos, proveitos e resultados económicos	59
Conclusão	63
Referências Bibliográficas	65

ÍNDICE DE QUADROS

Conteúdo

Página

Quadro 1 – Setor Público, numa ótica económica	5
Quadro 2 – Apresentação das classes previstas no POC, POCP e POCAL	10
Quadro 3 - Associação de classes com os sistemas contabilísticos	11
Quadro 4 – Princípios Contabilísticos e Princípios e Regras Orçamentais	15
Quadro 5 – Obrigações Contabilísticas	16
Quadro 6 – Resumo dos Documentos Exigidos pelo Tribunal de Contas	17
Quadro 7 – Caracterização das freguesias pela dimensão	19
Quadro 8 – Representação dos níveis de NUTS	22
Quadro 9 – Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUTS e Concelhos)	23
Quadro 10 - Caracterização das freguesias da amostra	25
Quadro 11 - Classificação Económica da Receita Autárquica	31
Quadro 12 - Classificação Económica das Despesas	39

ÍNDICE DE TABELAS

Conteúdo

Página

Tabela 1 - Concelhos e Freguesias da Região LVT – Lisboa e Vale do Tejo	24
Tabela 1.1 - Antes da Reorganização Administrativa em 2013.....	24
Tabela 1.2 - Depois da Reorganização Administrativa em 2013	24
Tabela 2 - Orçamento e Execução da Receita Total	33
Tabela 3 - Variação da Receita	33
Tabela 4 - Comparação da receita das freguesias em 2012, com os valores médios de 2009 a 2012	34
Tabela 5 – Receita cobrada por natureza económica	36
Tabela 6 – Variação da receita corrente e da receita de capital	36
Tabela 7 – Evolução e estrutura das receitas cobradas	37
Tabela 8 – Transferências correntes e de capital	38
Tabela 9 – Orçamento e Execução das Despesas	39
Tabela 10 – Variação da despesa orçada e cobrada	40
Tabela 11 – Excesso da despesa sobre a receita	41
Tabela 12 - Comparação do Grau de Execução da Despesa com o Grau de Execução da Receita	41
Tabela 13 – Estrutura e peso da despesa paga por económica	42
Tabela 14 - Taxas de variação da despesa paga	43
Tabela 15 – Indicadores da Despesa e da Receita	48
Tabela 16 – Saldos na Base de Caixa (Recebimentos <i>versus</i> Pagamentos)	49
Tabela 17 – Informação patrimonial e económica	51
Tabela 18 – Componentes do Ativo do Balanço	52
Tabela 19 – Evolução do Ativo do Balanço	53
Tabela 20 – Disponibilidades e disponibilidades reais	53
Tabela 21 – Variação das Disponibilidades	53
Tabela 22 - Composição dos Fundos Próprios (Património Líquido)	54

Tabela 23 - Variação das componentes dos Fundos Próprios (Património Líquido)	55
Tabela 24 - Componentes do passivo	55
Tabela 25 - Estrutura do passivo	56
Tabela 26 - Endividamento líquido das Freguesias	58
Tabela 27 - Evolução dos Custos, no período de 2009 a 2012	59
Tabela 28 - Evolução dos Proveitos, no período de 2009 a 2012	60
Tabela 29 - Evolução dos Resultados Económicos, no período de 2009 a 2012	61
Tabela 30 - Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão das freguesias em 2012	62

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Conteúdo

Página

Gráfico 1 - Evolução da estrutura financeira das freguesias	29
Gráfico 2 - Evolução da Independência financeira das freguesias	30
Gráfico 3 - Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2009 a 2012	37
Gráfico 4 - Evolução da despesa prevista e cobrada entre 2008 a 2012.	40
Gráfico 5 - Evolução da receita liquidada, receita cobrada, despesa paga, nos exercícios de 2009 a 2012	47
Gráfico 6 – Estrutura do Ativo de 2009 a 2012	52
Gráfico 7 – Evolução do passivo	56
Gráfico 8 – Evolução do Endividamento Líquido por Freguesia	58
Gráfico 9 - Evolução dos componentes dos Custos.	60
Gráfico 10 – Evolução dos componentes dos Proveitos	61

ÍNDICE DE *RANKING*

Conteúdo

Página

<i>Ranking 1</i> - Independência Financeira das Freguesias	31
<i>Ranking 2</i> - Grau de execução da receita cobrada	34
<i>Ranking 3</i> - Volume de receita cobrada das Freguesias	35
<i>Ranking 4</i> - Volume de despesa paga	44
<i>Ranking 5</i> - Peso das despesas com pessoal nas despesas totais	44
<i>Ranking 6</i> - Volume de despesas realizadas com pessoal	45
<i>Ranking 7</i> - Volume de despesas realizadas com aquisição de bens e serviços	45
<i>Ranking 8</i> - Volume de transferências correntes	46
<i>Ranking 9</i> - Volume de aquisição de bens de capital	46
<i>Ranking 10</i> - Freguesias com maior Passivo Exigível (Divida), ordenados pelo valor de 2012	57
<i>Ranking 11</i> - Maior Resultado Económico das Freguesias (valor absoluto)	62

ABREVIATURAS

AFFP - Anuário Financeiro das Freguesias Portuguesas

AFMP - Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e do Vale do Tejo

CEAL - Carta Europeia de Autonomia Local

CEE – Comunidade Económica Europeia

CICS - Centro de Investigação em Ciências Sociais

CICF - Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade

CRP – Constituição da República Portuguesa

IFAC - *Internacional Federation of Accouting*

FFF - Fundo de Financiamento das Freguesias

IPCA - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

IPSAS - Normas Internacionais de Contabilidade Pública

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OE – Orçamento de Estado

OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados

OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

POC – Plano Oficial de Contabilidade

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais

POCMS – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde

POCP – Plano Oficial de Contabilidade Pública

PPI - Plano Plurianual de Investimentos

RAFE - Regime da Administração Financeira do Estado

RLVT – Região de Lisboa e Vale do Tejo

RNAP – Reposição Não Abatida nos Pagamentos

SEE – Setor Empresarial do Estado

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNC-AP - Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

SPA – Setor Público Administrativo

Resumo

Anualmente é publicado o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, o qual apresenta uma análise orçamental e económica e financeira das contas dos Municípios Portugueses desde 2007, não sendo todavia as freguesias, objeto de análise. O presente estudo tem como objetivo analisar a evolução orçamental e económica e financeira das freguesias da Região de Lisboa e Vale do Tejo no período de 2009 a 2012, que apliquem o regime geral, tal como os Municípios, garantindo assim, a possibilidade de efetuar para as freguesias, um estudo semelhante ao apresentado no Anuário. As freguesias do regime simplificado não são objeto de análise pelas diferenças existentes entre os dois regimes contabilísticos previstos no POCAL.

Assim, após um breve enquadramento das freguesias quer no Setor Público Administrativo quer, no normativo contabilístico aplicável, efetuou-se a caracterização e diferenciação apresentada no POCAL no que se refere ao regime geral e ao regime simplificado. Foi ainda evidenciado o objetivo e informação apresentada, ao longo dos anos, no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses destacando-se, o conjunto de indicadores utilizados, consistentemente, ao longo dos anos e vários *rankings* dos Municípios.

Nesse sentido e porque as freguesias que aplicam o regime geral fazem a sua prestação de contas de forma idêntica à dos Municípios, neste estudo, foi efetuado um estudo de caso com as freguesias da Região de Lisboa e Vale do Tejo que aplicavam o regime geral e onde se concluiu, genericamente que, nas freguesias estudadas, não existe independência financeira no período de 2009 a 2012 e que o grau de execução orçamental da receita, em média, é de 91,30%. As receitas correntes são as com maior peso no orçamento, representando em média, 93,75%. O grau médio de execução da despesa nos anos em análise foi de 77,44% verificando-se um decréscimo ao longo do período. As despesas com maior peso são as correntes com a média de 85,23%, sendo as despesas com a aquisição de bens e serviços e as despesas de pessoal, as que representam o maior peso dentro deste grupo económico, em média 42,17% e 36,33% respetivamente.

Na análise patrimonial verifica-se que a componente do Ativo com maior peso é o imobilizado representado pela média de 70,58% no período de análise, sendo 52,04% a média do imobilizado corpóreo. No passivo as dívidas de curto prazo representam em média 55,57% do total do passivo e o passivo não exigível, representa em média, 44,43%. Os Resultados Económicos no conjunto da amostra são positivos à exceção do ano de 2011 com o resultado negativo de 80.106,75€.

Neste estudo foram ainda apresentados vários *rankings* entre as freguesias em estudo.

PALAVRAS CHAVE: Freguesias, Contabilidade pública, Gestão pública, Autarquias Locais, Análise Financeira.

Abstract

The Financial Yearbook of Portuguese Municipalities is published annually, which represents an economic and financial analysis of the accounts of Portuguese Municipalities since 2007, not yet being the parishes, the object of analysis. The aim of this study is to analyze the evolution of the economic budget and financial development of the parishes of Lisbon and Vale do Tejo from 2009 to 2012, applying general rules, such as the Municipalities, to ensure the possibility to make for parishes, a similar study to appear in the directory. The simplified scheme of the parishes, are not analyzed due to the differences between the two accounting regimes provided for in POCAL.

After a brief outline of the parishes either in the general government sector or in the applicable accounting standards, it was performed the characterization and differentiation presented in POCAL as regards the general scheme and the simplified. In the Financial Yearbook of Portuguese Municipalities, there was also information presented, highlighting the set of indicators used consistently over the years and various rankings of Municipalities.

In this sense and because the parishes implement the general system make their provision so identical to the municipalities, in this study, a case was carried out with the parishes of the Lisbon and Vale do Tejo which applied the general rules and it was generally concluded that, in the studied parishes, there is no financial independence from 2009 to 2012 and the level of budgetary implementation of revenue on average is 91.30%. Current revenues are more than an item in the budget, representing an average of 93.75%. The average degree of implementation of the spending in the years under review was 77.44% proving that was a decline over the period. The cost of greater weight are the chains with an average of 85.23% and the cost of purchasing goods and services and personnel expenses, which account for the largest share within this economic group, on average 42.17% and 36.33% respectively.

The analysis verifies that the active component with the highest load is represented by the average assets of 70.58% over the analysis period, and 52.04% average of tangible assets. In liabilities Short-term debts represent an average of 55.57% of total liabilities and non-current liabilities represents an average of 44.43%. The economic results for the whole trial are positive except for the year 2011 with the loss of € 80,106.75.

In this study we were also shown various rankings among the parishes under study.

KEYWORDS: Parishes, Public Accounting, Public management, Local Authorities, Financial Analysis.

1. Introdução

Ao longo do tempo têm-se verificado várias reformas na Administração Pública em alguns países, incluindo Portugal, e uma das mais recentes e relevantes, foi a reorganização administrativa das freguesias de acordo com a Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, a Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro e a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro.

O presente Estudo tem como tema: A evolução financeira das freguesias: na RLVT - Região de Lisboa e Vale do Tejo, no período de 2009 a 2012, tendo como objetivo evidenciar o desempenho comparativo e evolutivo das freguesias, recorrendo a indicadores orçamentais e económico-financeiros.

De forma a cumprir com o objetivo proposto, será feita a análise da informação contabilística das freguesias da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que apliquem o regime geral nos anos de 2009 a 2012. Inicialmente, o período objeto de estudo era o de 2008 a 2012, contudo pela falta de colaboração por parte de algumas freguesias relativamente à disponibilização dos dados do ano de 2008, foi necessário reformular o período de análise. A recolha das fontes foi feita através do *Websíte* de cada freguesia e os documentos que não estavam disponíveis, foram solicitados via *email*.

Assim, como referido no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP), o presente estudo pretende contribuir “[...] decisivamente, para o aumento e transparência da informação contabilística pública autárquica [...]” (Carvalho *et al*, 2014:16).

A estrutura do presente estudo divide-se em 4 pontos:

1. Introdução, onde se faz um breve enquadramento do tema e se refere o objetivo do estudo, bem como a forma como o mesmo será desenvolvido.
2. Parte I: Revisão da Literatura - neste ponto procede-se ao enquadramento do Setor Público, das Autarquias Locais, do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL) e à caracterização das freguesias e do Regime Geral e Simplificado, apontando as diferenças dos documentos de prestação de contas, ao Tribunal de Contas, aplicáveis aos dois regimes.
3. Parte II: Metodologia e amostra: refere a metodologia utilizada e procede à caracterização da amostra, ou seja as freguesias da Região de Lisboa e Vale do Tejo que aplicam o regime geral.
4. Parte III: Análise e discussão dos dados obtidos - Estudo de Caso: tendo por base a amostra selecionada, neste ponto, procede-se à análise da execução orçamental e da situação financeira, económica e patrimonial das freguesias da Região de Lisboa e Vale do Tejo que aplicam o regime geral.

De seguida apresentam-se as Conclusões e as referências bibliográficas.

2. Parte I: Revisão da Literatura

2.1. O Setor Público em Portugal

Franco (1992), refere que o Setor Público é o conjunto de atividades económicas, de qualquer natureza que são exercidas por entidades públicas (...) e Almeida (2005:43-44), afirma que a “Administração Pública é todo o aparelho de Estado, organizado e coordenado para a realização dos serviços, com o objetivo da satisfação das necessidades coletivas”, acrescentando ainda que os serviços públicos consistem num conjunto de atividades que são colocadas à disposição visando proporcionar o maior grau possível de bem-estar social.

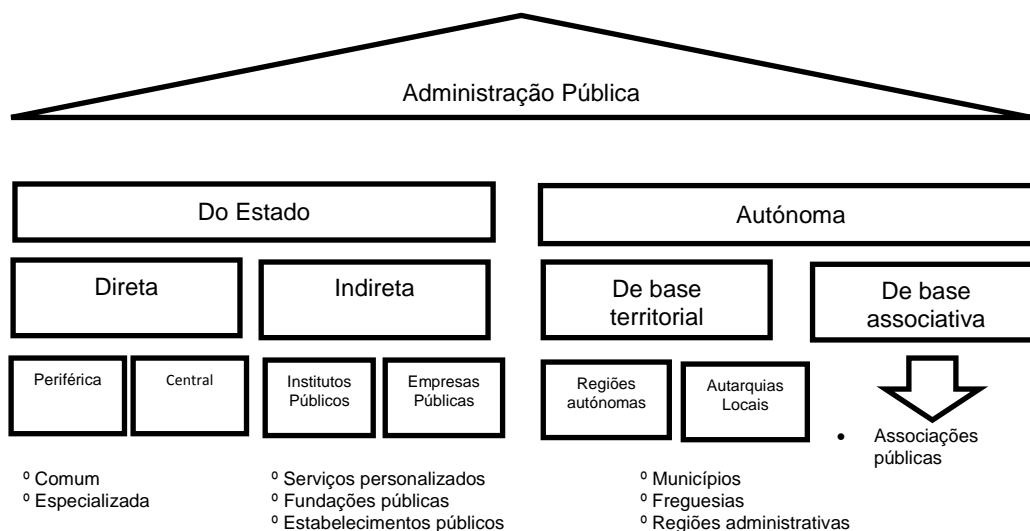
De acordo com Caiado e Pinto (2002:26), o Setor Público¹ divide-se em Setor Público Administrativo (SPA) e Setor Empresarial do Estado (SEE), onde, historicamente, no SPA adotavam-se critérios de contabilidade pública, isto é, uma contabilidade na base de caixa, onde as receitas e despesas só se registam no momento em que são cobradas ou pagas, contrariamente ao SEE onde as operações se registam em relação ao momento em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento sendo por isso, uma contabilidade na base do acréscimo.

Todavia, nas últimas décadas, as entidades do setor público administrativo, em Portugal, “estão a passar por modificações estruturais importantes em matéria de preparação e divulgação da informação contabilística” (Frade, 2003:13). A publicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) foi um ponto de viragem na contabilidade do SPA. De acordo com o preconizado no POCP, no ponto 3 alínea d) o “Princípio da especialização (ou do acréscimo) define que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.” (POCP – Decreto Lei n.º 232/97 de 3 de setembro). Desta forma, o POCP apresentou-se como um marco conceptual da contabilidade pública, onde posteriormente se enquadraram os planos setoriais publicados (Carvalho e Ribeiro, 2004). Igualmente para Carvalho *et al* (2005), a publicação do POCP e dos planos setoriais representaram um marco importante da atual reforma da contabilidade pública em Portugal.

A Administração Pública visando os interesses da sociedade, concretiza os seus objetivos englobando um conjunto de instituições que têm como atividade, a criação de bens e prestação de serviços fora do mercado, distinguindo-se da atividade económica, uma vez que está sujeita a critérios de racionalidade assentes no preço de custo e não no preço de mercado (Caiado e Pinto; 2002:26).

¹ **Setor Público:** conjunto de atividades económicas de qualquer natureza exercidas por entidades públicas (Estado, associações e instituições públicas, quer assentes na representatividade e na descentralização democrática, quer resultantes da funcionalidade tecnocrática e da descentralização por eficiência), (Caiado e Pinto, 2002:25).

“Numa perspectiva de doutrina jurídico-administrativa, a Administração Pública apresenta-se como a seguinte estrutura” (Caiado e Pinto: 2002:26):



Fonte: “Adaptado da Dissertação de Mestrado- Da Adopção da Contabilidade Digráfica na Administração Pública Portuguesa: Seus Antecedentes e Perspetivas Futuras, Setembro de 2000” apresentado por Caiado e Pinto (2002:26)

A estrutura apresentada tem como fundamento, de acordo com os autores, o disposto na alínea d) do art.º 202º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

A Administração Pública pode também ser analisada na ótica económica ou à luz do Direito Administrativo. De acordo com Olga Silveira, a sua análise na ótica económica apresenta uma estrutura como a que se evidencia no quadro 1 (Caiado e Pinto, 2002:25):

Quadro 1 – Setor Público, numa ótica económica

Setor Público	Estado lato <i>Sensu</i> ou SPA	Administração Central	Estado: serviços públicos, integrados ou simples Administração Central Autónoma
		Segurança Social	
		Administração Regional	
		Administração Local	Freguesias Concelhos/Municípios ² Regiões Administrativas
	Empresas públicas ou SEE		

Fonte: (Caiado e Pinto, 2002:25)

Basicamente as atividades e serviços prestados por um ente público destinam-se a cumprir objetivos relacionados com necessidades da sociedade sem que haja uma contraprestação direta do utilizador que cubra integral ou parcialmente o seu custo e os instrumentos que permitem

² O **município** é a autarquia local que visa a prossecução dos interesses comuns da população residente num território delimitado (**concelho**), através de órgãos eleitos (Amaral; 2002).

avaliar a sua gestão, serão aqueles que estão mais relacionados com os objetivos que justificam a sua existência (AECA, 2001b:105).

Nos últimos anos tem-se assistido a uma sucessão acontecimentos que, tanto ao nível nacional como internacional e quer no âmbito privado quer no público, tem vindo a incrementar a importância da contabilidade e da informação contabilística (Teixeira, 2009) e essa evolução refletiu-se primeiro no âmbito empresarial, o que teve pelo menos uma consequência positiva, a administração pública, utilizou a experiência normalizadora do setor privado (Vela Bargues, 1992).

Rua e Carvalho (2006:65) referem que “a globalização da economia mundial é um dos fatores justificativos da crescente harmonização e normalização contabilística” e essa mesma globalização levou à implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em Portugal para o setor privado, ficando assim o setor público desatualizado. Teixeira e Alves (2004), salientam que um dos objetivos do sistema de informação contabilística é, claramente, a recolha e armazenamento dos dados sobre o processo organizacional, que permitam a sua utilização para produzir um *output* com significado para os decisores sendo fundamental e determinante que, a sua informação, permita a comparabilidade entre organizações, quer ao nível nacional quer internacional, privilegiando para isso, a normalização³.

Na sequência desta realidade de desatualização da informação contabilística no setor público, desde 2012, através do Decreto-Lei n.º 134/2012 de 29 de Junho, foi incumbida a Comissão de Normalização Contabilística de elaborar um novo sistema de normalização contabilística para as administrações públicas consistente com o SNC e as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS). “Esta reforma, materializada pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), resolve a fragmentação e as inconsistências atualmente existentes e permite dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional” (Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro).

“O SNC-AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, dos anexos I a III ao presente decreto-lei, e que dele fazem parte integrante.” O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de Setembro, é aplicável a todos os organismos da administração central, regional e local à exceção dos que têm natureza, forma e designação de empresa e a sua aplicação é obrigatória a partir de dia 1 de Janeiro de 2017.

O presente estudo incide na Administração Local, dividindo-se esta em três categorias: as freguesias; os municípios, e as regiões administrativas. Em Portugal, as freguesias, até 29 de setembro de 2013, totalizavam 4259, das quais, 4050 eram no continente e 209 nas Regiões

³ Teixeira (2009) citando Caiado (2006) refere que normalizar significa “pôr de acordo com a norma” e que, no que se refere à contabilidade, normalizar significa que as operações ou transações realizadas têm de ser reveladas em contas cujas definições, codificações, regras de movimentação e de valorimetria, estejam previamente definidas, sendo sintetizadas, apresentadas e divulgadas em modelos com formatos normalizados.

Autónomas. Os municípios são presentemente 308 (278 no continente e 30 nas Regiões Autónomas) e as regiões administrativas estão ainda por instituir.

Atualmente existem 3091 freguesias, das quais 2882 freguesias são no Continente, 155 na Região Autónoma dos Açores e 54 na Região Autónoma da Madeira.

A alteração enunciada anteriormente no número de freguesias teve origem na reorganização administrativa das freguesias de acordo com a Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, a Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro e a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro.

Em Portugal, o normativo contabilístico de aplicação obrigatória para as freguesias e entidades equiparadas⁴ é o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, sendo esse plano, um plano setorial do POCP de acordo com o art. 6º, n.º 2 da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto, pelo que no ponto seguinte será apresentado um breve enquadramento histórico da Administração Local e do POCAL.

2.2. Administração Local e o POCAL

“No século XV, a civilização europeia experimentou uma expansão comercial sem precedentes, consequência da evolução das atividades mercantis. Foi nesta época (1494) que o Frade Luca Paccioli escreveu o livro «*Summa de Arithmética, Geometria, Proportioni et Proportionalita*» que incluía o capítulo «*Tractatus XI Particularis de Computis et Scripturis*», onde constavam os fundamentos da partida dobrada” (Caiado; 2002:27).

“Desde a invenção do método das partidas dobradas, por Luca Paccioli em 1494, e até meados do século XIX, a contabilidade não era mais do que um simples registo de débitos e créditos” (Correia e Ferreira; 2002:25).

Nos finais do século XIX, através da Lei de 25 de junho de 1881 (art.º 3), foi aprovado o método digráfico⁵ para a Contabilidade Pública, que acabou por cair em desuso pela falta de técnica e também por ser característica desse período, o controlo orçamental fazer coincidir as despesas do ano com os pagamentos do exercício e as receitas arrecadadas serem as do próprio ano.

Tendencialmente a escrituração ficou restringida à contabilidade orçamental, tendo por base o sistema de caixa, utilizando o método de registo unigráfico, sendo também designada como

⁴ São **entidades equiparadas**: as áreas metropolitanas, as assembleias distritais, as associações de freguesias e os municípios de direito público e as entidades que por lei estejam sujeitas à contabilidade das autarquias locais (nº2, Artº2, DL 54-A/99). Não é aplicado às empresas municipais, intermunicipais e regionais.

⁵ O **sistema de contabilidade digráfico** assenta em compromissos. Pelo que a “contabilidade de compromissos, que regista todas as fases da despesa desde a assunção do encargo (com a encomenda), à constituição legal deste (por via da fatura, fase do processamento), à liquidação da despesa (integração para pagamento), autorização de pagamento e pagamento” (Caiado e Pinto, 2002:36).

contabilidade administrativa e tendo por base as regras da Lei do Orçamento do Estado (Correia e Ferreira; 2002:26).

Após 1974, verificaram-se algumas reformas no setor público, embora, ao nível da contabilidade não fosse visível, nenhuma alteração de referência.

Com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, verifica-se a necessidade de reformas na contabilidade do setor público, ocorrendo a primeira em 1989 com a revisão da Constituição da República Portuguesa, assentando essa reforma em três pilares:

- a Lei de Bases da Contabilidade Pública;
- a nova Lei de Enquadramento do Orçamento de Estado;
- novo Regime da Administração Financeira do Estado.

A aprovação da Lei de Bases da Contabilidade Pública em 1990 com a Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro, foi o início das reformas no setor público a nível contabilístico, estabelecendo dois regimes financeiros para serviços e organismos da Administração Pública, de acordo com o art.º 14 do diploma referenciado. A contabilidade dos serviços e organismos com autonomia administrativa, utiliza o sistema unigráfico, o qual deve conter uma contabilidade analítica indispensável à avaliação dos resultados da gestão, por sua vez os serviços e organismos com autonomia administrativa e financeira, utiliza o sistema digráfico adaptado do Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Em 1991 foi aprovada a Lei n.º 6/91, de 20 de Fevereiro, a denominada Lei do Enquadramento do Orçamento do Estado, a qual foi revogada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e pela Lei n.º 52/2011 de 13 de Outubro, entretanto alterada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, atualmente em vigor. Esta lei fixou o novo enquadramento legal e reformulou o sistema de execução orçamental, ou seja as regras e procedimentos a adotar na elaboração e execução do Orçamento do Estado.

O Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho publicado em 1992 que aprova o novo Regime da Administração Financeira do Estado (RAFE), define por um lado, as normas legais de desenvolvimento do RAFE, mencionado na Lei das Bases da Contabilidade Pública e por outro, estabelece os regimes de contabilidade aplicáveis aos serviços e organismos pertencentes ao setor público administrativo conferindo ainda maior autonomia aos serviços e organismos da Administração Pública.

Em consequência da Lei das Bases de Contabilidade Pública e do RAFE, é aprovado o POCP em 1997, através do Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro o qual é indispensável para que o estado possua um sistema contabilístico adequado à Administração Pública, permitindo assim a análise das despesas públicas de acordo com critérios de legalidade, economia, eficiência

e eficácia e ainda o reforço da transparência da gestão dos dinheiros públicos e das relações financeiras do Estado. Este plano, de acordo com o nº 6 do documento mencionado, tem como objetivo, “a criação de condições para a integração dos diferentes aspetos — contabilidade orçamental, patrimonial e analítica — numa contabilidade pública moderna, que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão das entidades públicas e à sua avaliação”, permitindo assim a tomada de decisões estratégicas a nível orçamental e a disponibilização de informação de apoio ao controlo da atividade financeira desenvolvida, às entidades competentes para o efeito. É ainda esperado que, a sua aplicação, reforce a transparência da situação financeira e patrimonial, bem como, as relações financeiras do estado e se obtenham elementos, para a consolidação da contabilidade a nível nacional, relevantes e indispensáveis para verificação e cumprimento dos compromissos assumidos com a adesão à CEE.

A par da implementação do POCP foi necessário também a criação de outros planos setoriais derivados do diploma mencionado como: o POC-EDUCAÇÃO – Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro); o POCMS – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (Portaria n.º 898/2000, de 28 de Setembro); o POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de janeiro); e o POCAL (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro).

O objetivo destes planos setoriais é a adaptação do recomendado no plano geral de contabilidade, que no caso da Administração Pública é o POCP, com as especificações de cada setor, considerando “as transações efetuadas, a estrutura dos elementos do ativo e do passivo, os métodos do apuramento de custos e as necessidades de informação por parte dos diversos utentes” (Caiado e Pinto, 2002:162).

Em termos de normativo contabilístico, as freguesias estão abrangidas pelo plano setorial para as autarquias locais, ou seja, pelo POCAL, plano esse que visa a qualidade da informação contabilística de forma a auxiliar os órgãos de gestão na tomada de decisões e contribuir para a melhoria da informação divulgada, cumulativamente com o cumprimento de outros requisitos legais.

O principal objetivo do POCAL é criar condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, constituindo um instrumento fundamental de apoio à gestão, permitindo:

1. “O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos;”

2. “O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;”
3. “A atender aos princípios contabilísticos definidos no POCP – Plano Oficial de Contabilidade Pública, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efetivação dos pagamentos e recebimentos;”
4. “Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria.”
5. “Uma melhor uniformização de critérios de previsão, com o estabelecimento de regras para a elaboração do orçamento, em particular no que respeita à previsão das principais receitas, bem como das despesas mais relevantes das autarquias locais;”
6. “A obtenção expedida dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional;”
7. “A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.”
(Carvalho, Fernandes e Teixeira; 2006:14,15)

Como referenciado anteriormente, o POCAL integra, à semelhança do POCP e dos outros planos setoriais em vigor, a contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, através de um plano de contas com nove classes, que ainda que construído a partir do existente no POC, apresenta alguns ajustamentos à realidade do setor público, quer ao nível das designações das contas, quer do seu conteúdo. De seguida apresentamos, no **quadro 2**, as classes previstas no POC, POCP e POCAL, onde se evidencia a semelhança referida, bem como os ajustamentos efetuados.

Quadro 2 – Apresentação das classes previstas no POC, POCP e POCAL

Classe	POC	POCP	POCAL
0	--	0 – Contas de controlo orçamental e de ordem	0 – Contas de controlo orçamental e de ordem
1	Disponibilidades	Disponibilidades	Disponibilidades
2	Terceiros	Terceiros	Terceiros
3	Existências	Existências	Existências
4	Imobilizações	Imobilizações	Imobilizações
5	Capital, reservas e resultados transitados	Fundo Patrimonial	Fundo Patrimonial
6	Custos e perdas	Custos e perdas	Custos e perdas
7	Proveitos e ganhos	Proveitos e ganhos	Proveitos e ganhos
8	Resultados	Resultados	Resultados
9	Contabilidade de custos	--	--

Fonte: Própria (de acordo com o preconizado no POC; POCP e POCAL)

Através do **quadro 2** verifica-se que a descrição das classes no POCP, assim como no POCAL, vão de encontro ao preconizado no POC. Na classe 5, a diferença verificada na designação entre o setor privado (POC) e o setor público (POCP, POCAL), resulta da necessidade de ajustamento à realidade das entidades sujeitas a esses planos.

Relativamente às classes e à sua associação com os sistemas contabilísticos obrigatórios do POCP e do POCAL, genericamente verifica-se que:

Quadro 3 – Associação de classes com os sistemas contabilísticos

Classe	Sistema Contabilístico previsto no POCP e POCAL
Classe 0	Contabilidade Orçamental
Classes 1 a 8	Contabilidade Patrimonial
Classe 9	Contabilidade Analítica/Custos

Fonte: própria

De acordo com o previsto no POCP e no POCAL estes sistemas contabilísticos que devem ser obrigatoriamente integrados, apresentam características específicas, mas complementares sendo, cada um deles, associado a um conjunto de contas e a objetivos distintos. Genericamente caracterizam-se da seguinte forma:

- a) **Contabilidade Orçamental** – aquela que tem por base o orçamento, logo assenta no registo da aprovação e modificação do mesmo, sendo os documentos da prestação de contas: mapa de controlo orçamental da despesa e da receita, o mapa de fluxos de caixa, anexos, Plano Plurianual do Investimento (PPI).
- b) **Contabilidade Patrimonial** – é um subsistema da contabilidade que regista as operações que alteram, qualitativamente e quantitativamente a estrutura patrimonial, económica e financeira da entidade, passando por alterações no Ativo, Passivo e Fundos Próprios, e os documentos de prestação de contas são: Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas e Anexos. Este subsistema, no setor público administrativo, foi reforçado com a publicação do POCP, numa tentativa de aproximar o sistema contabilístico no setor público ao do setor privado, efetuando os registos contabilísticos na base do acréscimo, de modo a obter-se a especialização do exercício. Atualmente, no setor empresarial, o POC foi revogado e substituído pelo SNC.
- c) **Contabilidade de custos** – Sendo um importante instrumento de gestão, este sistema de contabilidade interno, no POCAL, tem o objetivo de fixar um conjunto de procedimentos contabilísticos obrigatórios para o apuramento de custos por funções e para a determinação de custos subjacentes à fixação das tarifas e dos preços – bens e serviços. (ponto 1 – Introdução do POCAL, n.º 5). A determinação dos custos subjacentes aos bens e serviços prestados tem de atender ao disposto na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais.

Ou seja, de uma forma muito sintética, constatamos que:

- A **classe 0** corresponde à contabilidade orçamental e nela serão efetuados, através de um conjunto de contas específicas desta classe, todos os registos contabilísticos relativos às diferentes fases do orçamento da despesa e da receita, nomeadamente, a, abertura, execução, modificação e encerramento;
- As **classes 1 a 5**, que dizem respeito à contabilidade patrimonial, são consideradas contas de Balanço, sendo a partir delas que se evidencia o património da entidade contabilística (Bens + Direitos – Obrigações), determinando-se assim o ativo, (bens + direitos), o passivo (obrigações) e, os fundos próprios. Assim, as classes 1 e 2 (representativas de direitos) e a 3 e a 4 fazem parte do ativo, enquanto que a, classe 2 representativa de obrigações, corresponde ao passivo. A classe 5 corresponde aos fundos próprios, sendo nesta classe evidenciados os resultados do período (classe 8).
- As **classes 6 e 7** também fazem parte das contas da contabilidade patrimonial e correspondem respetivamente, aos custos e perdas e, aos proveitos. Da comparação destas duas classes, obtém-se o resultado do período. Essa comparação, bem com o resultado obtido, (que pode ser positivo, negativo ou nulo consoante os proveitos são superiores, inferiores ou iguais aos custos) é evidenciada na Demonstração dos Resultados.
- **A Classe 8** respeita ao apuramento de resultados, integra os saldos das contas 6 e 7;
- **A classe 9** não está evidenciada no quadro de contas. A contabilidade de custos, de acordo com o POCAL, é obrigatória no apuramento de custos das funções, e custos inerentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços. “Analisando o ponto 2.8.3.2, constata-se que o POCAL obriga à utilização do sistema de custeio total, do sistema de custos teóricos para a imputação dos custos de Mão-de-obra e de custos das Máquinas e Viaturas e dos sistemas de custeio real para a imputação dos custos dos Materiais e de outros custos” (Carvalho, Fernandes e Teixeira, 2006:130).

Assim, a partir da publicação do Decreto-lei nº 232/97, de 2 de setembro “todos os serviços e organismos do Estado passam a estar sujeitos ao mesmo paradigma contabilístico, caracterizado por um sistema de informação que passa a englobar a contabilidade orçamental tradicional, a contabilidade patrimonial e a contabilidade analítica, num único plano de contas” (Frade, 2003:17).

Completando esta ideia, Almeida (2005:19) refere que, tradicionalmente, “a gestão das atividades públicas tem-se baseado num tratamento administrativo e burocrático mais preocupado com o controlo da legalidade do que a obtenção de uma gestão eficiente e eficaz”, mas que, com

a aprovação do POCP se preencheu uma importante lacuna na organização das contas públicas, através da organização e publicação das suas contas, à semelhança do que acontece no setor privado, dando assim a conhecer aos cidadãos os resultados e objetivos que se atingiram ou que deixaram de o ser, a quando da atividade que desempenham. Almeida (2005:44) acrescenta ainda que, “os serviços públicos municipais devem ir ao encontro da satisfação das necessidades coletivas e individuais dos cidadãos locais”.

2.3. As Freguesias e o Regime Geral e Simplificado

Freguesia, deriva das “expressões latinas *“filius ecclesiae”* (filho da Igreja) e *“filius gregis”* (filho do rebanho). No entanto, será esta última expressão, que na sua linha evolutiva, originou os étimos intermédios *“filiu gregis”*, *“filigrés”*, e deram origem às expressões no castelhano e no português *“feligrés/freguês”* e *“feligresia”/freguesia*, respetivamente” (Correia e Ferreira;2002:19).

Em 1913 pela Lei n.º 88 a paróquia civil (designação oficial de freguesias) teve corpo administrativo e colegial com cinco membros eleitos colegialmente, contrariamente ao verificado nas juntas de paróquia, pelo que o presidente era eleito de entre os seus membros. Até à constituição das freguesias, as mesmas eram definidas juridicamente como um agregado de famílias dentro do território municipal desenvolvendo uma ação social comum, por intermédio de órgãos próprios, constituídas por três vogais eleitos diretamente, para um período de quatro anos.

Em 1976, as autarquias locais obtiveram dignidade constitucional, através da Lei Fundamental, sendo as mesmas “pessoas coletivas de população e território dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações.” (n.º 2 do art.º 235 da Constituição da República). Em 1985 foi aprovada a Carta Europeia de Autonomia Local (CEAL), referindo a mesma que “as autarquias locais são um dos principais fundamentos de todo o regime democrático” (CEAL; Preâmbulo - Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros n.º 13/91, de 1 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 27/91).

De acordo com Bernardes (2003), a freguesia corresponde à divisão administrativa portuguesa de menor dimensão, sendo as mesmas compostas por dois órgãos representativos: a assembleia de freguesia (órgão deliberativo) e a junta de freguesia (órgão executivo). O quadro de competências e regime jurídico de funcionamento destes órgãos constam da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ainda da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as posteriores alterações, nas partes não revogadas pela Lei n.º 75/2013.

A freguesia tem como função a salvaguarda dos interesses próprios das populações, em articulação com o município de acordo com o disposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no art.º 7º da seção I do capítulo II, atuando assim nos seguintes domínios:

- Equipamento rural e urbano;
- Abastecimento público;
- Educação;
- Cultura, tempos livres e desporto;
- Cuidados primários de saúde;
- Ação social;
- Proteção civil;
- Ambiente e salubridade;
- Desenvolvimento;
- Ordenamento urbano e rural;
- Proteção da comunidade.

As freguesias como parte integrante das Autarquias Locais, quanto à sua autonomia financeira, regem-se de acordo com o disposto no artº 6º do capítulo II da Lei nº 73/2013, o qual refere:

“Artigo 6º - Principio da Autonomia Financeira

1. As Autarquias Locais têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respetivos órgãos.
2. A Autonomia Financeiras das Autarquias Locais assenta, nomeadamente, nos seguintes poderes dos seus órgãos:
 - a) Elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais, bem como elaborar e aprovar os correspondentes documentos de prestações de contas;
 - b) Gerir o seu património, bem como aquele que lhes seja afeto;
 - c) Exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos;
 - d) Liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por Lei lhes sejam destinadas;
 - e) Ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas;
 - f) Aceder ao crédito, nas situações previstas na Lei.”

No que se refere à autonomia financeira, salienta-se que existem quatro modalidades e que são: a autonomia patrimonial⁶, a autonomia orçamental⁷, a de tesouraria⁸ e a creditícia⁹, sendo a maior autonomia concedida, a orçamental, pelo que o orçamento adquire um papel fundamental na Administração Pública, segundo o Professor Sousa Franco, o Orçamento é “(...) uma previsão, em regra anual, das despesas a realizar pelo Estado e dos processos de as cobrir, incorporando a autorização concedida à Administração Financeira para cobrar as receitas e realizar as despesas e, limitando os poderes financeiros da Administração em cada período anual” (Franco;1992:54).

As instituições que estão dependentes do Orçamento de Estado (OE) têm que solicitar autorização para a disponibilização de verbas para a execução das despesas, contrariamente ao que se verifica nas freguesias, que têm o controlo sobre o seu orçamento, podendo assim executar e controlar as suas receitas e realização de despesas, executando alterações orçamentais, transferindo verbas de uma classificação económica para outra, respeitando sempre os princípios contabilísticos e os princípios e regras orçamentais, mencionados no **quadro 4**:

Quadro 4 – Princípios Contabilísticos e Princípios e Regras Orçamentais

Princípios Contabilísticos (DL n.º 54-A/99, de 22/02 – POCAL)	Princípios e Regras Orçamentais (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro – Lei de Enquadramento Orçamental)
<ul style="list-style-type: none">▪ Entidade contabilística▪ Continuidade▪ Consistência▪ Especialização (ou do acréscimo)▪ Custo histórico▪ Prudência▪ Materialidade▪ Não compensação	<ul style="list-style-type: none">▪ Unidade e universalidade▪ Estabilidade orçamental▪ Sustentabilidade das Finanças Públicas▪ Solidariedade Recíproca▪ Equidade intergeracional▪ Anualidade e plurianualidade▪ Não compensação▪ Não consignação▪ Especificação▪ Economia, eficiência e eficácia▪ Transparência orçamental

Fonte: própria

Os princípios contabilísticos não devem ser confundidos com os princípios e regras orçamentais, sendo que estes últimos “(...) não só orientam a elaboração do Orçamento do Estado, como terão reflexo na sua própria execução. Com efeito, foi vontade do legislador definir tais princípios e regras de modo a disciplinar as fases de elaboração e aprovação do orçamento

⁶ **Autonomia patrimonial**: tem como pressuposto a personalidade jurídica – poder de ter património e tomar decisões relativas ao património público no âmbito da lei (Caiado e Pinto, 2002:28).

⁷ **Autonomia orçamental**: é o poder de ter orçamento próprio, gerindo as correspondentes receitas e despesas e decidindo em relação a elas (Caiado e Pinto, 2002:28).

⁸ **Autonomia de tesouraria**: o poder de gerir autonomamente recursos monetários próprios, em execução de orçamento ou não (Caiado e Pinto, 2002:28).

⁹ **Autonomia creditícia**: é o poder de contrair dívidas, assumindo as correspondentes responsabilidades através do recurso a operações, financeiras de crédito (Caiado e Pinto, 2002:28).

de modo a não serem objeto de desvios aquando da sua execução.” (Caiado, Carvalho e Silveira; 2007:52), por sua vez os princípios contabilísticos “(...) visam solucionar o caso concreto na ausência de norma específica. Constituem, assim, elementos indispensáveis para a obtenção com fiabilidade e fidedignidade da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade pública, qualificados de princípios contabilísticos fundamentais” (Caiado, Carvalho e Silveira; 2007:23).

“As atribuições das freguesias e as competências dos seus órgãos, bem como a diversidade de dimensão populacional das cerca de 4300 existentes, levaram a considerar sistemas contabilísticos distintos, ajustados às realidades próprias destas autarquias locais.” (Carvalho, Fernandes e Teixeira; 2006:16). O POCAL preconiza como sistemas contabilísticos distintos o regime geral e regime simplificado, sendo este último e de acordo o preâmbulo ao POCAL para as freguesias, o qual pode ser estendido às entidades sujeitas ao POCAL, de acordo com o Decreto-Lei n.º 162/99 de 14 de setembro.

Assim, o regime simplificado é aplicado às autarquias locais, onde a receita anual é inferior a 5.000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública. “No entanto nos termos do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, o Tribunal de Contas poderá fixar o montante anual de receita ou de despesa abaixo do qual as autarquias ficam dispensadas de remeter as contas ao Tribunal.” (Carvalho, Fernandes e Teixeira; 2006:39)

O parágrafo 2.º da Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de Dezembro, determina os índices 100 das escalas salariais, que para 2009 é de 343,28€, de acordo com o Anexo I à Circular n.º 1347, Série A, da Direção-Geral do Orçamento, pelo que as autarquias locais que tiverem um movimento de receita inferior a 1.716.400€, poderão optar pelo regime simplificado.

O facto de existir diferença nos documentos a apresentar na prestação de contas, provém essencialmente de ser ou não exigível a utilização do sistema de contabilidade patrimonial. Seguidamente é apresentado um resumo das diferenças, no **quadro 5**:

Quadro 5 – Obrigações Contabilísticas

Obrigações contabilísticas	Regime geral	Regime simplificado
Inventário e valorização	SIM	SIM
Norma de controlo interno	SIM	SIM
Documentos previsionais: - Grandes opções do plano e Orçamento	SIM	SIM
Contabilidade orçamental	SIM	SIM (não é obrigatória a digráfica)
Contabilidade patrimonial	SIM	NÃO
Contabilidade de custos	SIM	NÃO

Fonte: Adaptado (Quadro 3C – Obrigações contabilísticas - POCAL)

A maioria das freguesias em Portugal não estão sujeitas ao regime geral, ou seja, não são “obrigadas a implementar a contabilidade patrimonial e a contabilidade de custos, nem utilizar o método digráfico para a execução do orçamento” (Carvalho, Fernandes e Teixeira; 2006:40).

A Resolução n.º 4/2001, entretanto alterada pela Resolução n.º 6/2013 – 2º Seção do Tribunal de Contas, refere as instruções para a organização e documentação das contas e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL, de acordo com o exposto no **quadro 6**:

Quadro 6 – Resumo dos Documentos Exigidos pelo Tribunal de Contas

Regime Geral	Regime Simplificado	Entidades do Regime Simplificado dispensadas da remessa das contas
Balanço	---	---
Demonstração de Resultados	---	---
Controlo orçamental da despesa	Controlo orçamental da despesa	---
Controlo orçamental da receita	Controlo orçamental da receita	---
Fluxos de caixa	Fluxos de caixa	Fluxos de caixa
Contas de ordem	Contas de ordem	---
Operações de tesouraria	Operações de tesouraria	---
Caracterização de entidade	Caracterização de entidade	---
Contratação administrativa	---	---
Empréstimos	Empréstimos	---
Relatório de Gestão	Relatório de Gestão	---
	Guia de remessa	---
Ata da Reunião em que foi discutida e votada a conta	Ata da Reunião em que foi discutida e votada a conta	Ata da Reunião em que foi discutida e votada a conta
Norma de Controlo Interno e suas alterações	Norma de Controlo Interno e suas alterações	---
Síntese das reconciliações bancárias	Síntese das reconciliações bancárias	---
Relação nominal de responsáveis	Relação nominal de responsáveis	Relação nominal de responsáveis

Fonte: Adaptado (Quadro 3D – Resumo dos documentos exigidos pelo Tribunal de Contas - POCAL)

A gestão dos dinheiros públicos, como implícito na expressão, é no fundo, a gestão do dinheiro de todos nós, pelo que a prestação de contas, a sua divulgação e fiscalização não pode ser descorada e deve ser transparente, até porque, de acordo com Teixeira et al, (2011b), as entidades públicas devem efetuar a prestação de responsabilidades (*accountability*), numa ótica contabilística ou financeira (prestação de contas) mas também numa de gestão e concretização dos objetivos e programas propostos, a diferentes destinatários.

As contas anuais da administração pública não são um fim em si mesmas, são todavia uma forma de prestar contas por parte dos gestores que são responsáveis perante quem proporciona os recursos à entidade e são também, uma forma de facilitar e satisfazer as necessidades de

informação dos utilizadores para a tomada de decisão (AECA; 2001a:25-26), pelo que o presente estudo tem com base a análise orçamental e a análise da situação financeira, económica e patrimonial das freguesias, que apliquem o regime geral, à semelhança do que é elaborado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP).

2.4. Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

Publicado desde 2003, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses que concretiza este ano a décima primeira edição, contempla, nas suas edições, o período de 2003 a 2014, o que envolve dois mandatos dos órgãos eleitos. O AFMP é o resultado “de um trabalho em equipa que envolve atualmente dois centros de investigação onde estão integrados os autores: o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) da Universidade do Minho.” No período de “2004 a 2007 o Anuário era um dos *outputs* de um projeto de investigação aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia intitulado “A Eficiência no Uso dos Recursos Públicos dos Municípios Portugueses. Findo o projeto e considerando que o Anuário se afirmou como uma publicação de referência a nível nacional, contribuindo, decisivamente, para o aumento e transparência da informação contabilística pública autárquica, entenderam os autores continuar com a sua publicação, agora com apoio financeiro exclusivo da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas¹⁰ (OTOC)” (AFMP;2015:17).

Ao longo dos anos da publicação anual do AFMP observaram-se diversas alterações na estrutura e composição do documento sendo que, só a partir do ano de 2005, é que foi possível apresentar a amostra total de 308 Municípios do país. Em 2006, foi apresentado pela primeira vez o *ranking* global dos 50 melhores Municípios, no ano de 2008, pela primeira vez, foram analisadas as contas das empresas municipais e serviços municipalizados, e em 2015, pela primeira vez, foi apresentado o Anuário Financeiro das Freguesias Portuguesas (AFFP) do ano de 2014.

O AFMP é normalmente organizado em seis capítulos. O Capítulo 1 – apresenta o setor local, a caracterização dos municípios, sua tipologia e análise comparativa do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia; o Capítulo 2 – analisa a execução orçamental da despesa e da receita, procedendo ainda a comparações com os anos anteriores; o Capítulo 3 – analisa a situação financeira, económica e patrimonial dos municípios e apresenta a sua evolução nos últimos 5 anos; o Capítulo 4 – analisa a situação financeira, económica e patrimonial, dos serviços municipalizados e das empresas do setor empresarial local, comparado com os anos anteriores analisados; o Capítulo 5 – apresenta o *ranking* dos municípios melhor posicionados na

¹⁰ Atualmente designada de Ordem dos Contabilistas Certificados – OCC.

perspetiva da gestão acumulada e na perspetiva da eficácia da gestão do exercício; na publicação do ano de 2015 foi incrementado o Capítulo 7, anteriormente denominado de capítulo 6, o qual apresentava as principais conclusões às contas dos municípios e do setor empresarial local, pelo que agora o Capítulo 6 procede à análise das contas consolidadas dos grupos autárquicos que correspondem aos 24 municípios de maior dimensão.

É notória a preocupação com a *accountability* e a transparência das contas públicas nos últimos 20 anos, e com a descentralização de poderes e delegação de competências do governo central para o governo local, ou seja, para os municípios e estes por sua vez, delegam nas freguesias, e por isso, é notória também a preocupação com a *accountability* e transparência ao nível das freguesias, sendo a freguesia a entidade mais próxima das populações, desempenhando “um papel fulcral na divulgação de informação relevante e no uso das novas tecnologias e dos meios digitais para melhor comunicar com a população” (AFFP;2015:3).

“Assim, e considerando a sua representatividade ao nível da administração local, e o impacto que têm no seu conjunto, entendeu-se oportuno iniciar-se o projeto do Anuário Financeiro das Freguesias Portuguesas que, numa primeira fase e de forma preliminar, analisa a divulgação *online* da informação por parte das freguesias e, num segundo momento, analisa a informação financeira divulgada e disponível nos *websites*. É intenção dos autores dar continuidade ao Anuário, apresentando resultados de uma forma sistemática, evidenciando as evoluções a nível da divulgação da informação bem como no tratamento da mesma.” (AFFP;2015:3). De acordo com os autores do AFFP as freguesias caracterizam-se quanto à dimensão, conforme **quadro 7**:

Quadro 7 – Caracterização das freguesias por dimensão

(Habitantes) / (Eleitores)	Dimensão
Até 1000	Pequena
1001 a 5000	Média
5001 a 20000	Grande
Mais de 20000	Muito Grande

Fonte: Adaptado do AFFP

A caracterização das freguesias quanto à sua dimensão é relevante, pelo facto de este ser um fator determinante da presença do governo local na *web* (Santos e Amaral, 2005), de acordo com o disposto no artigo 5º da lei n.º 169/99 de 18 de setembro¹¹. Por outro lado, face ao número de habitantes que podem representar e ao orçamento que podem necessitar para o desempenho das atividades que lhe estão atribuídas, considera-se de extrema relevância fazer, relativamente às freguesias que aplicam o Regime geral, uma análise, em tudo semelhante, à verificada no AFMP.

¹¹ Nos termos do artigo 5º é referido que “a assembleia de freguesia é composta por 19 membros quando o número de eleitores for superior a 20000, por 13 membros quando for igual ou inferior a 20000 e superior a 5000, por 9 membros quando for igual ou inferior a 5000 e superior a 1000 e por 7 membros quando for igual ou inferior a 1000”. Foi com base nestes intervalos que se constituíram os quatro grupos que medem a dimensão das freguesias neste estudo (AFFP).

3. Parte II: Metodologia e amostra

3.1. Metodologia utilizada

Metodologia, segundo Vilelas (2009), é o meio de se fazer referência às fases e procedimentos seguidos numa investigação específica.

Método de investigação

A partir da questão de investigação e que se prende com saber se as freguesias, que cumprem os requisitos para aplicarem o regime geral previsto no POCAL, divulgam a prestação de contas no respetivo *site* da *Internet*, de modo a se poder fazer uma análise orçamental e da situação económica e financeira das contas, semelhante à efetuada pelo AFMP.

A abordagem deste estudo é de carácter qualitativo e quantitativo. O método de investigação qualitativo tem como objetivo identificar, explorar, interpretar e descrever fenómenos de modo a compreender a sua realidade (Vilelas, 2009). De acordo com Freixo (2013:146), este método deve ser utilizado “quando o investigador está preocupado com uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresenta, sem procurar encontra-lo”, por sua vez o “método de investigação quantitativo constitui assim um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação de factos objetivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador” (Freixo, 2010:144).

Quanto ao procedimento técnico trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e de estudo de caso. De acordo com Gil (2010:29-30), a pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente, sendo tradicionalmente elaborada com base em material já publicado, tal como livros, artigos e, material disponibilizado na *internet*. Segundo Vieira (2002), a pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é essencial definir o problema com maior precisão e obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem.

Por seu lado, Ventura (2007) citando Yin (2001), salienta que o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planeamento, da recolha e da análise de dados e pode concretizar-se através de um estudo de caso único, ou múltiplo, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. Vilelas (2009) sobre o estudo de caso, refere que se baseia na narração ou descrição de um fenómeno, onde as hipóteses definidas estão direcionadas para a compreensão do caso em estudo. Ainda para alguns autores estudo de caso é “a investigação, geralmente, confinada a uma única unidade de análise, que pode ser um único departamento, empresa, setor ou mesmo país.” (Smith, 2003:134),

e é simultaneamente um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (Gil, 2010:37).

No processo de investigação é essencial escolher um desenho de investigação, sendo “o plano lógico elaborado e utilizado pelo investigador para obter respostas às questões de investigação, especificando qual o tipo de investigação que utilizará e como as variáveis serão controladas” (Freixo; 2010:181), pelo que posteriormente à formulação da questão de estudo e à sua problemática, o investigador caracteriza a sua população e seleciona critérios para obter a sua amostra, sendo esta “constituída por um conjunto de sujeitos retirados de uma população” (Freixo; 2010:182). De acordo com Tapia (2000:5-6) “uma amostra constitui uma réplica em miniatura da população alvo.”

“Em estatística, população designa o conjunto dos elementos cujos atributos são objeto de um determinado estudo. Deste modo, as populações são os conjuntos fundamentais para efetuar análises estatísticas” (Murteira et al, 2002:6).

Com o objetivo de definir a população alvo, a qual de acordo com Freixo (2010:182) é a população que o investigador quer estudar, tendo em conta a vasta dimensão das freguesias existentes em Portugal, foi definido estudar as freguesias da Região de Lisboa e Vale do Tejo, a qual engloba 4 distritos (Leiria, Lisboa, Santarém e Setúbal), dos quais fazem parte 52 municípios, e 533 freguesias no período de 2009 a 2012. Verificada a existência da diferença de enquadramento das freguesias, dado que algumas aplicam o regime geral e outras aplicam o regime simplificado, foi necessário reduzir a população alvo para as freguesias que apliquem o regime geral na Região referenciada, de modo a se obter informação equivalente à prestada pelos municípios e assim se poder efetuar o mesmo tipo de análise que a apresentada no AFMP.

Na recolha da informação necessária para se proceder à análise orçamental e da situação económica, financeira e patrimonial das freguesias, através dos *websites* respetivos e via email, verificou-se que a população acessível, de acordo com Freixo (2010:182) é a porção da população alvo que está ao alcance do investigador, obtendo assim a amostra de 5 freguesias, composta pelas freguesias de Alcabideche, Benfica, Marvila, Loures e Alverca do Ribatejo todas elas pertencentes ao Distrito de Lisboa. Se seguida, procede-se à sua caracterização.

Limitações

A investigação efetuada apresenta algumas limitações. Uma está relacionada com o método de pesquisa utilizado, o estudo de caso, uma vez que este método pode ter problemas de enviesamento do investigador, problemas de subjetividade das respostas obtidas e problemas da ética da relação do investigador com os seus sujeitos (Alves 2003). Outra limitação identificada prende-se com o tamanho da amostra, que não nos permite generalizar as conclusões.

3.2. Amostra: Caracterização da Região de Lisboa e Vale do Tejo

A adesão de Portugal às comunidades europeias impôs a adoção de regras e procedimentos estatísticos comuns, onde a informação regional assume grande relevância para a CEE, bem como para o Banco Europeu de Investimento, verificando-se assim a criação das NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos. NUTS é uma nomenclatura regional comum, que define sub-regiões estatísticas em que se divide o território dos Estados - Membros da União Europeia (Regulamento (CE) n.º 1059/2003).

No Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro (última alteração da Lei nº21/2010 de 23 de agosto), foram definidos os três níveis de NUTS, os quais são apresentados no **quadro 8**:

Quadro 8 – Representação dos níveis de NUTS

NUTS I	NUTS II	NUTS III
Continente	▪ Norte	Minho – Lima; Cávado; Ave; Grande Porto; Tâmega; Entre Douro e Vouga; Douro e Alto Trás-os- Montes.
	▪ Centro	Baixo Vouga; Baixo Mondego; Pinhal Litoral; Pinhal interior norte; Pinhal interior sul; Dão Lafões; Serra da Estrela; Beira interior norte; Beira interior sul e Cova da Beira.
	▪ Lisboa e Vale do Tejo	Oeste; Grande Lisboa; Península de Setúbal; Médio Tejo e Lezíria do Tejo.
	▪ Alentejo	Alentejo Litoral; Alto Alentejo; Alentejo Central; Baixo Alentejo.
	▪ Algarve	Algarve.
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira

Fonte: própria (com base no disposto no Anexo II ao Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro)

Na NUTS I Portugal está dividido entre continente e ilhas, a NUTS II apresenta a divisão do continente em cinco regiões e ilhas e a NUTS III mostra as sub-regiões que integram as regiões das NUTS II e ilhas.

A região objeto de estudo é a Região de Lisboa e Vale do Tejo, a qual é composta por 5 NUTS III – a Grande Lisboa, a Lezíria do Tejo, o Médio Tejo, o Oeste e a Península de Setúbal, sendo apresentado no **quadro 9** o desdobramento da Região por NUTS II, e os respetivos Concelhos que englobam:

Quadro 9 – Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUTS e Concelhos)



Fonte: própria

“A Região concentra algumas das principais infra-estruturas científicas e tecnológicas, económicas, financeiras e políticas de Portugal, e assume-se, claramente, como o motor do desenvolvimento nacional. Os 3,7 milhões de portugueses que nela vivem, estudam e trabalham produzem cerca de metade da riqueza do país. A Região oferece ainda uma diversidade de paisagens, de atividades e de culturas que fazem dela uma região única na Europa” (<http://www.ccdr-lvt.pt/pt/a-regiao/7279.htm>).

Distrito Administrativo ou, simplesmente Distrito é uma divisão administrativa de acordo com a Lei de 25 de Abril de 1835, a qual suprimiu as províncias e as comarcas. Atualmente os Distritos são, 18 no continente e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

As **tabelas 1.1. e 1.2.** apresentam os concelhos e as freguesias integrantes dos distritos que compõem a Região de estudo. Apresenta ainda as freguesias que aplicam o regime geral e o regime simplificado, antes e após a reorganização administrativa em 2013.

Tabela 1 - Concelhos e Freguesias da Região LVT – Lisboa e Vale do Tejo

Tabela 1.1 - Antes da Reorganização Administrativa em 2013

Distrito	N.º de Concelhos		N.º de Freguesias Total		Freguesias - aplicação do Regime Geral		Freguesias - aplicação do Regime Simplificado	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
Leiria	6	11,54%	57	10,69%	0	0,00%	57	100%
Lisboa	16	30,77%	226	42,40%	8 + 6 Possíveis	6,19%	212	93,81%
Santarém	21	40,38%	193	36,22%	2 Possíveis	1,04%	191	98,96%
Setúbal	9	17,31%	57	10,69%	0	0,00%	57	100%
Totais	52		533		8 + 8 Possíveis	3,00%	517	97,00%

Fonte: própria

Da análise da **tabela 1.1** verifica-se que os Distritos de Santarém e Lisboa são os que representam maior peso relativo no número de concelhos, 40,38% e 30,77%, assim como no número de freguesias, sendo 36,22% e 42,40% respetivamente. Verifica-se ainda que o peso relativo das freguesias que aplicam o regime geral é de 3,00%, sendo um valor reduzido.

Tabela 1.2 - Após a Reorganização Administrativa em 2013

Distrito	N.º de Concelhos		N.º de Freguesias Total		Freguesias - aplicação do Regime Geral		Freguesias - aplicação do Regime Simplificado	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
Leiria	6	11,54%	43	12,11%	0	0,00%	43	100%
Lisboa	16	30,77%	134	37,75%	8 + 6 Possíveis	10,45 %	120	89,55 %
Santarém	21	40,38%	141	39,72%	2 Possíveis	1,42 %	139	98,58 %
Setúbal	9	17,31%	37	10,42%	0	0,00%	37	100%
Totais	52		355		8 + 8 Possíveis	4,51%	339	95,49%

Fonte: própria

Após a reorganização administrativa verifica-se **na tabela 1.2** que os Distritos com maior peso relativo no número de concelhos, se mantêm, uma vez que a reorganização administrativa só abrange as freguesias. A redução do número de freguesias por distrito originou alteração no peso relativo dos mesmos, verificando-se uma descida de 42,40% para 37,75% no peso relativo das freguesias no distrito de Lisboa, e uma subida de 36,22% para 39,72% no distrito de Santarém.

No peso das freguesias que aplicam o regime geral verifica-se um aumento de 3% (16 em 533) antes da reorganização, para 4,51% (16 em 355) após a reorganização administrativa, devendo-se a mesma à redução do número total de freguesias, sendo 533 antes e 355 após a reorganização administrativa. Após a reorganização administrativa as freguesias que aplicam o regime geral não sofreram alteração, já relativamente ao número de freguesias que aplicam o regime simplificado passou de 517 para 339.

O período de estudo foi de 2009 a 2012. O ano de 2013 não foi tido e conta por existirem duas realidades distintas e que por isso não serem comparáveis. A diferença de realidades decorre da agregação de freguesias ocorridas em 29 de setembro de 2013, imposta pela Reorganização Administrativa.

Sendo a amostra composta pelas freguesias de Alcabideche, Benfica, Marvila, Loures e Alverca do Ribatejo todas elas pertencentes ao Distrito de Lisboa, é apresentado no **quadro 10** a caracterização das mesmas relativamente à área, habitantes e o concelho que fazem parte:

Quadro 10 - Caracterização das freguesias da amostra

Freguesia	Área	Habitantes	Concelho
Alcabideche	39,77 Km ²	42.162	Cascais
Benfica	8,03 Km ²	36.821	Lisboa
Marvila	7,12 Km ²	38.102	Lisboa
Loures	32,82 Km ²	27.362	Loures
Alverca do Ribatejo	17,89 Km ²	31.070	Vila Franca de Xira

Fonte: própria

Da análise do **Quadro10** verifica-se que a freguesia com maior área é Alcabideche com 39,77 Km², sendo a freguesia de Marvila a de menor área com 7,12 Km². Em termos de habitantes a freguesia de Alcabideche tem o maior número de habitantes com 42.162 e a freguesia de Loures tem o menor número de habitantes com 27.362. O concelho mais representativo é Lisboa com as freguesias de Benfica e Marvila, **representado por 4.945,41 hab/Km²**.

Verificando-se que todas as freguesias da amostra são compostas por mais de 20.000 habitantes, de acordo com o quadro 7 do presente e o preconizado no AFFF quanto à sua dimensão caracterizam-se como muito grandes.

As freguesias constantes da amostra pertencem ao Distrito de Lisboa, o qual é composto por 16 concelhos, dos quais só os concelhos de Cascais, Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira se

encontram representados pelas freguesias mencionadas de acordo com o **Quadro 10**, pelo que seguidamente é apresentada uma breve descrição história de cada freguesia constante da amostra.

Alcabideche “foi habitada por povos de diversas culturas e origens, tendo sido particularmente marcante a presença da civilização árabe, Os “toponimistas” mais conceituados crêem que Alcabideche significa “Fonte de Água” e há quem atribua a duas grandes fontes desta localidade virtudes medicinais: “a da vila é muito diurética e cura a dor da pedra; e a de Fartapão cura a diarreia” (<http://www.jf-alcabideche.pt/>), verificando-se que no domínio árabe a população era maioritariamente rural como descrito no poema do poeta *Ibn Macana* no Séc., XI, o qual nasceu e viveu em Alcabideche, sendo: “Ó tu que vives em Alcabideche; oxalá nunca te faltem, nem grãos para semear; nem cebolas, nem abóboras; se és homem de decisão precisas de um moinho; que funcione com as nuvens; sem necessidade de Regatos.”

A história da freguesia de Benfica como descrita no *website* da mesma “ engloba cerca de dois terços do grande pulmão da capital portuguesa, o Parque Florestal de Monsanto e, começou por ser uma aldeia de camponeses da região saloia. Com eles também algumas ordens religiosas se instalaram no território. No século XV foi promovida a sede de julgado do Termo de Lisboa, sendo-lhe concedidos dois juízes privativos. Foi também nessa altura que se fixaram três importantes Irmandades: Nossa Senhora do Amparo, Santo António e São Sebastião. No século XVIII começou a registar-se uma forte atração de novas classes abastadas, seduzidas pela paisagem, que se instalam em quintas. No século XIX aparecem as ligações com transportes públicos e assiste-se ao crescimento exponencial da cidade. Com a extinção do Termo de Lisboa em 1852, o território de Benfica é primeiro integrado no novo concelho de Belém e, mais tarde, em 1886, é dividido. A parte exterior à nova Estrada da Circunvalação de Lisboa é integrada em Oeiras (e atualmente na Amadora) e a parte interior é integrada em Lisboa, dando origem à atual freguesia. A cidade continuou a crescer velozmente, o que se refletiu na crescente urbanização da freguesia. Da década de 1950 até à década de 1990 do século XX, a população triplicou de 17 843 habitantes para cerca de 50 000 habitantes. Em 1959 o território divide-se novamente e dá origem à freguesia de São Domingos de Benfica. Mais recentemente, a par da crescente edificação assiste-se ao decréscimo da população residente, não só pelo envelhecimento mas também pela migração dos habitantes mais jovens para a periferia” (<http://www.jf-benfica.pt/>).

A freguesia de Marvila foi criada em 1959, a qual remonta o seu povoamento dos tempos pré-históricos, existindo como prova, a descoberta de uma placa de xisto ornamentada com cerca de 5000 anos reavida na quinta da Farinheira. Os romanos deixaram algumas marcas, tais como algumas lápides e um friso de sarcófago do séc. III. O período visigodo também deixou algumas marcas na zona do Vale de Chelas, nomeadamente no convento com alguns motivos hispanogodos, os quais terão pertencido a pilares ou frisos de um templo. Durante décadas esta zona de Lisboa concentrou atividades portuárias e industriais. O fumo das fábricas encobre vestígios de

ocupação aristocrática que habitou nos séculos XVII e XVIII, a par de algumas ordens conventuais. A freguesia de Marvila exibe grandes contrastes, entre estreitas azinhagas e largas avenidas, a par de recentes experiências arquitetónicas, de pequenas hortas e modernas instalações industriais (<http://www.jf-marvila.pt>).

“Segundo Mendes Leal, Loures foi povoação romana ainda no tempo de Cristo” (<http://www.jf-loures.pt>), completando esta tese, pode verificar-se que Loures já existia durante o domínio romano na Península Ibérica, através de vestígios da civilização Castreja em vários outeiros da região, a qual é anterior ao período romano.

Loures é uma terra essencialmente agrícola, devido ao seu solo muito fértil.

Foi elevada a vila em 26 de outubro de 1926 através do Decreto n.º 12 541 e a cidade, em 9 de agosto de 1990, pela Lei n.º 35/90.

A Freguesia de Alverca do Ribatejo foi fundada no final do Séc. IX, início do Séc. X pelos Árabes, tendo o seu nome origem no topónimo «Albirca» ou «Alborca» que significa terra alagadiça, os quais desenvolveram-na, fazendo da agricultura, da caça, da pesca e da extração do sal, o seu modo de subsistência.

“No reinado de D. Pedro I, em 1357, surge-nos a carta de confirmação do concelho de Alverca” (<http://www.jf-alvercasobralinho.pt>).

Foi no século XIX que se deram algumas mudanças que iriam a longo prazo originar a mudança de cariz da mesma. Em 1855 foi extinto o concelho de Alverca, passando para o de Vila Franca de Xira. Em 1856 foi uma das localidades pioneiras servida pelos caminhos-de-ferro, em 1886 tem a primeira iluminação pública a petróleo e em 1892 foi inaugurada uma “Fábrica Têxtil”, sendo a primeira de vulto na vila, empregando 74 operários. A população foi crescendo lentamente mantendo o seu estilo de vida até à 2ª Guerra Mundial, altura que foram instaladas massivamente as indústrias verificando-se uma explosão demográfica, sendo a sua população em 1930 de 3346 habitantes. Os grandes aumentos da população deram-se nos anos de 1970 e no ano de 2000. Alverca foi elevada a cidade em 9 de agosto de 1990.

As freguesias caracterizadas anteriormente serão objeto de estudo no ponto seguinte e a análise da evolução financeira dessas freguesias, que aplicam o regime geral, assenta na informação obtida na contabilidade orçamental e patrimonial, à semelhança do que é objeto de estudo, anualmente, por parte dos autores do AFMP, o qual tem o apoio do Tribunal de Contas e da OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados. A contabilidade de custos não é sujeita a análise pelo seu fraco nível de implementação, como evidenciado nos diversos AFMP, e falta de informação das freguesias em estudo.

4. Parte III: Análise e Discussão dos Dados Obtidos Estudo de caso: Região de Lisboa e Vale do Tejo

No presente ponto serão apresentadas as análises já anteriormente mencionadas, recorrendo à apresentação dos valores através de tabelas, gráficos e *rankings*. Os valores apresentados nas tabelas são ao nível global da amostra, assim como os gráficos à exceção do gráfico 2 – Evolução da independência financeira das freguesias e o gráfico 8 – Evolução do Endividamento Líquido por freguesia, os quais representam os valores por freguesia, verificando-se que no anuário é feita a análise por grupo de municípios. Logo, no presente estudo, procedeu-se à análise por freguesia. Os *rankings* são apresentados por freguesia à semelhança do que é executado no AFMP.

Segundo Neves (2000:79) “podem construir-se inúmeros rácios mas a sua utilização vai depender sobretudo dos objetivos da análise...”, pelo que dando cumprimento ao objetivo do presente estudo foram utilizados vários indicadores/rácios à semelhança dos que são preconizados no AFMP, recorrendo à análise dos documentos de prestação de contas da cada freguesia da amostra.

4.1. Análise da execução orçamental das freguesias

No presente ponto é exposto a análise da execução orçamental das freguesias, partindo da análise dos documentos de prestação de contas da contabilidade orçamental, reportando-se a mesma em duas óticas, a da receita e da despesa.

Na ótica da receita é analisado a previsão orçamental, a liquidação, a cobrança, e os saldos orçamentais, por sua vez na ótica da despesa é analisada e comparada a despesa prevista e os pagamentos efetuados. Os compromissos assumidos, os compromissos para exercícios futuros e os compromissos por pagar não serão objeto de análise devido à falta de informação disponibilizada pela maioria das freguesias em análise.

4.1.1. Independência Financeira

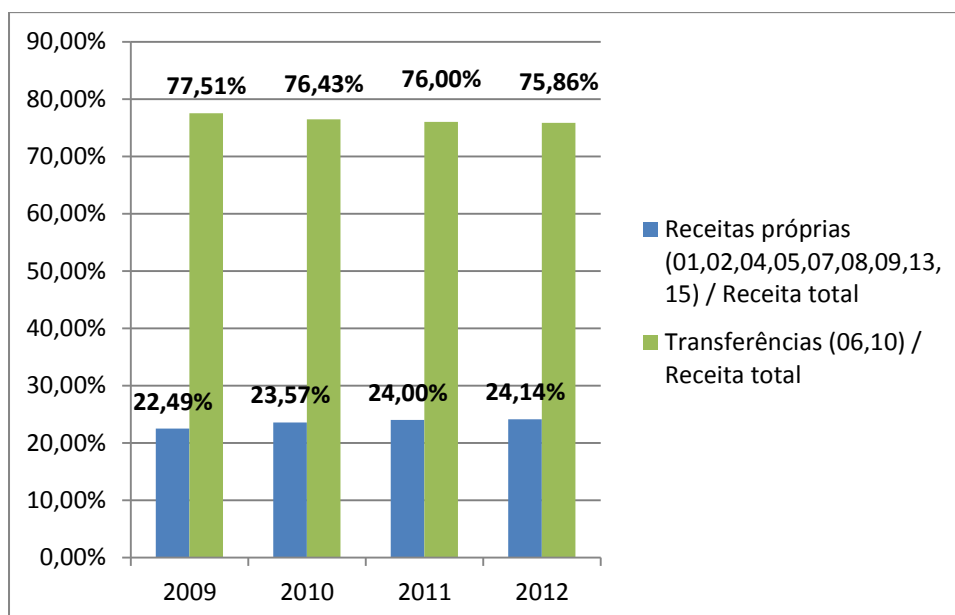
Este rácio é de extrema importância, visto que relaciona as receitas próprias com as receitas totais, aferindo assim qual o grau de independência de uma freguesia, “considera-se que existirá independência financeira, se as receitas próprias representarem, pelo menos, 50% das receitas totais” (Carvalho, *et al*, 2014:32).

A extrema importância deste indicador prende-se com o facto de a previsão das receitas poder ser uma condicionante ao orçamento da despesa, limitando assim por vezes as despesas não fixas, tais como, novos projetos/ações.

De forma a mostrar a evolução do indicador é apresentado o gráfico global evidenciando o peso que as receitas próprias e as transferências têm nas receitas totais para o período de 2009 a 2012, no total global das 5 freguesias da amostra.

De acordo com os autores do AFMP, os mesmos consideram receitas próprias, as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros, pelo que no **gráfico 1** é apresentado a evolução global da estrutura financeira das freguesias:

Gráfico 1 - Evolução da estrutura financeira das freguesias



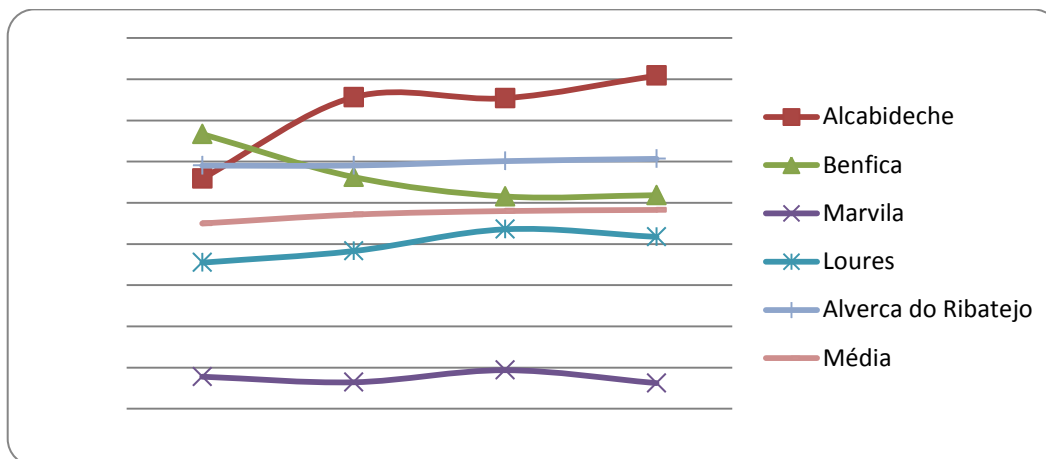
Fonte: Própria

Da análise ao **gráfico 1**, verifica-se que as receitas com maior peso são as transferências, representando uma média de 77% de 2009 a 2012, sendo a descida mais acentuada de 2009 para 2010 em 1,08%, não existem passivos financeiros no período em análise e as receitas próprias representam uma média de 24%, tendo uma evolução sempre crescente de 2009 a 2012, verificando-se o maior aumento de 2009 para 2010 também em 1,08%.

Verifica-se que o peso médio das receitas próprias da amostra é abaixo dos 25%, logo não existe independência financeira, de acordo com os autores do AFMP.

O **gráfico 2** apresenta a evolução da independência financeira no global das freguesias para o período em análise.

Gráfico 2 - Evolução da Independência financeira das freguesias



Fonte: Própria

O **gráfico 2** representa a evolução do peso relativo das receitas próprias nas receitas totais no período de 2009 a 2012, por freguesia, verificando-se que não existe independência financeira por parte de nenhuma freguesia como representado no gráfico 1, sendo que o peso relativo das receitas próprias nas receitas totais é sempre inferior a 50% na amostra e no período de 2009 a 2012. Alcabideche, Alverca do Ribatejo e Benfica, nos 4 anos em estudo, apresentam sempre valores superiores à média.

Verifica-se ainda que no ano de 2009 as freguesias com maior e menor independência financeira são Benfica e Marvila (Benfica – 33,35% e Marvila – 3,90%), no período de 2010 a 2012 as freguesias com maior e menor independência financeira são Alcabideche e Marvila (Alcabideche – 37,82%, 37,70% e 40,44%; Marvila – 3,22%, 4,69% e 3,12%). A média varia entre os 22,49% em 2009 e os 24,14% em 2012. As freguesias de Loures e Marvila situam-se abaixo da média da amostra e a freguesia em que se verifica a maior diferença acima da média é Alcabideche.

No **ranking 1** é apresentado o *ranking* da independência financeira das freguesias da amostra no período de 2009 a 2012, verificando-se que o peso relativo maior nos anos de análise é de 40,44% para a freguesia de Alcabideche no ano de 2012 e o peso relativo menor nos anos de análise é de 3,12% para a freguesia de Marvila para o mesmo ano.

Ranking 1 - Independência Financeira das Freguesias

unidade: Euros

	FREGUESIA	2009	2010	2011	2012
1	Alcabideche	27,95%	37,82%	37,70%	40,44%
2	Alverca do Ribatejo	29,52%	29,53%	30,06%	30,34%
3	Benfica	33,35%	28,13%	25,77%	25,93%
4	Loures	17,74%	19,15%	21,79%	20,87%
5	Marvila	3,90%	3,22%	4,69%	3,12%

Fonte: Própria

Verifica-se ainda que a freguesia de Marvila no período de 2009 a 2012 é sempre a freguesia com menor independência financeira, no ano de 2009 a freguesia com maior independência é Benfica com o valor relativo de 33,35% respetivamente. No período de 2010 a 2012 a freguesia com maior independência financeira é Alcabideche com os valores relativos 37,82%, 37,70% e 40,44% respetivamente.

Após a análise da Independência Financeira é apresentado a análise das Receitas Autárquicas.

4.1.2. Receitas Autárquicas

De acordo com o disposto no Classificador Económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, as receitas autárquicas são agrupadas por grupos económicos e classificadas por capítulos, como apresentado no seguinte **quadro 11**.

Quadro 11 - Classificação Económica da Receita Autárquica

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01 – Impostos diretos	09 – Vendas de bens de investimento	15 – Reposições não abatidas nos pagamentos
02 – Impostos indiretos	10 – Transferências de capital	16 – Saldo da gerência anterior
04 – Taxas, multas e outras disponibilidades	11 – Ativos Financeiros	17 – Operações extra-orçamentais
05 – Rendimentos de propriedade	12 – Passivos financeiros	
06 – Transferências correntes	13 – Outras receitas de capital	
07 – Vendas de bens e serviços correntes		
08 – Outras receitas correntes		

Fonte: Adaptado (Quadro 2.01 – Carvalho, *et al*, 2013:50)

A classificação económica da receita não é composta só por capítulos (01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 17) como apresentado no **quadro 11**, a mesma pode ser desagregada de acordo com o exemplo de seguida apresentado:

Exemplo:

A freguesia quando recebe a transferência do FFF - Fundo de Financiamento das Freguesias, vai classificar na seguinte classificação económica:

06	03	01	04	Do 1 ao 99 – De acordo com a necessidade	Fundo de Financiamento das Freguesias
Corresponde ao capítulo					
Grupo					
Artigo					
Subartigo					
Rubrica					
Designação					

Verifica-se que existe a possibilidade de desagregação conforme as necessidades dentro de cada classificação económica.

4.1.2.1. Execução Global do Orçamento da Receita

A execução do orçamento da receita, é refletido nas tabelas, gráficos e *rankings* seguintes.

Da análise da **tabela 2**, verifica-se que no ano de 2009 para 2010 a % da liquidação das receitas previstas é crescente em 2,83%, a partir de 2011 existe um decréscimo de 2,57%, 2,61% de 2010 para 2011 e de 2011 para 2012, respetivamente.

O grau de execução da receita atinge o valor máximo de 90,62% em 2010, existindo crescimento de 2009 para 2010 em 2,83%, decréscimo de 2010 para 2011 em 2,57% e de 2,67% de 2011 para 2012. A média do grau de execução da receita é de 87,96% no período de análise, situando-se sempre superior a 85,00%.

O peso do excedente da receita prevista na receita cobrada/liquidada é igual, sendo o peso do excedente da receita prevista nas receitas previstas inferior aos pesos mencionados anteriormente, nos valores de 1,7%, 0,97%, 1,62% e 2,48% no período de 2009 a 2012 respetivamente.

Tabela 2 - Orçamento e Execução da Receita Total

unidade: Euros

Receitas	2009	2010	2011	2012
Receitas previstas (a)	12.665.908,00	11.474.827,00	12.164.054,79	12.465.815,08
Receitas liquidadas (b)	11.104.329,36	10.398.291,26	10.710.231,28	10.676.218,76
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	87,67%	90,62%	88,05%	85,64%
Receitas por cobrar no início do ano (C)	0,00	0,00	0,00	6.821,65
Receitas cobradas (d)	11.104.329,36	10.398.291,26	10.710.231,28	10.676.218,76
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	1.561.578,64	1.076.535,74	1.453.823,51	1.789.596,32
Excedente da receita prevista (e) = (a-b)	1.561.578,64	1.076.535,74	1.453.823,51	1.789.596,32
Diferença entre receita liquidada e receita cobrada (b-d)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas cobradas / Receitas liquidadas (d) / (b+c)	100,00%	100,00%	100,00%	99,94%
Grau de execução da receita (f) = (d-c) / a	87,67%	90,62%	88,05%	85,59%
Peso do excedente de receita prevista, nas receitas previstas	12,33%	9,38%	11,95%	14,36%
Peso do excedente de receita prevista na receita cobrada (e/d)	14,06%	10,35%	13,57%	16,76%
Peso do excedente de receita prevista na receita liquidada (e/b)	14,06%	10,35%	13,57%	16,76%

Fonte: Própria

A receita cobrada é igual à receita liquidada. Verifica-se um decréscimo na receita prevista de 2009 para 2010 em 10,27% (no valor de -1.191.081,00€), no período de 2010 até 2011 existe uma tendência crescente na previsão das receitas em 6,01% (valor de 689.227,79€) e 2,48% (valor de 301.760,29€), como se pode verificar na **tabela 3**.

Tabela 3 - Variação da Receita

unidade: Euros

Variação das receitas	2009/2010		2010/2011		2011/2012	
	Valor absoluto	Taxa	Valor absoluto	Taxa	Valor absoluto	Taxa
Variação das receitas previstas	-1.191.081,00	-9,40%	689.227,79	6,01%	301.760,29	2,48%
Variação das receitas liquidadas	-706.038,10	-6,36%	311.940,02	3,00%	-34.012,52	-0,32%
Variação das receitas cobradas	-706.038,10	-6,36%	311.940,02	3,00%	-34.012,52	-0,32%
Diferença entre receita prevista e receita cobrada	-485.042,90	-31,06%	377.287,77	35,05%	335.772,81	23,10%
Excedente da receita prevista (receita prevista - receita liquidada)	-485.042,90	-31,06%	377.287,77	35,05%	335.772,81	23,10%
Diferença entre receita liquidada e receita cobrada	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fonte: Própria

Da análise à **tabela 3** verifica-se também que a variação das receitas previstas, liquidadas e cobradas são negativas em 2009/2010 e 2011/2012, à exceção de 2010/2011 e em 2011/2012 nas receitas previstas. A diferença entre receita prevista e receita cobrada, assim como o excedente da receita prevista apresentam o mesmo valor, pelo facto de as receitas liquidadas serem idênticas às receitas cobradas.

A **tabela 4** compara a receita das freguesias em 2012 com os valores médios de 2009/2012.

Tabela 4 - Comparação da Receita das Freguesias em 2012 com os valores médios de 2009/2012

unidade: Euros

Receitas	Valores médios 2009 a 2012	2012	Desvio
Receitas previstas (a)	12.192.651,22	12.465.815,08	273.163,86
Receitas liquidadas (b)	10.722.267,67	10.676.218,76	-46.048,90
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	88,00%	85,64%	-2,35%
Receitas por cobrar no início do ano (c)	1.705,41	6.821,65	5.116,24
Receitas cobradas (d)	10.722.267,67	10.676.218,76	-46.048,90
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	1.470.383,55	1.789.596,32	319.212,77
Excedente da receita prevista (e) = (a-b)	1.470.383,55	1.789.596,32	319.212,77
Diferença entre receita liquidada e receita cobrada (b-d)	0,00	0,00	0,00
Receitas cobradas / Receitas liquidadas (d) / (b+c)	99,98%	99,94%	-0,05%
Grau de execução da receita (f) = (d-c) / a	87,98%	85,59%	-2,39%
Peso do excedente de receita prevista, nas receitas previstas (e/a)	12,00%	14,36%	2,35%
Peso do excedente de receita prevista na receita cobrada (e/d)	13,69%	16,76%	3,07%
Peso do excedente de receita prevista na receita liquidada (e/b)	13,69%	16,76%	3,07%

Fonte: Própria

De acordo com os valores médios apurados para o período de 2009 a 2012 constantes na **tabela 4**, as receitas previstas têm uma média anual de 12,2 mil milhões de euros. Contudo a receita liquidada foi de 10,8 mil milhões de euros. Verificando-se que a previsão das receitas em sede de orçamento é superior ao possível de receitas a arrecadar. O **ranking 2** apresenta o grau de execução da receita cobrada por freguesia.

Ranking 2 - Grau de execução da receita cobrada

FREGUESIA	2009	2010	2011	2012
1 Marvila	97,39%	98,75%	99,54%	102,26%
2 Loures	98,74%	97,67%	98,02%	98,82%
3 Alverca do Ribatejo	92,90%	93,15%	98,29%	96,12%
4 Alcabideche	95,56%	92,70%	94,00%	79,13%
5 Benfica	69,85%	79,26%	72,05%	72,78%

Fonte: Própria

No **Ranking 2** verifica-se que no ano de 2012 a freguesia com maior grau de execução da receita é a freguesia de Marvila com 102,26%, assim como nos restantes anos de análise à exceção do ano de 2009, sendo a freguesia de Loures com maior grau de execução nesse ano com 98,74%. Por sua vez a freguesia que apresenta menor grau de execução da receita no período é a freguesia de Benfica. Seguidamente é apresentado o **ranking 3** do volume de receita cobrada por freguesia.

Ranking 3 - Volume de receita cobrada das Freguesias

unidade: Euros

FREGUESIA		2009	2010	2011	2012
1	Benfica	2.897.918,00	2.875.815,00	3.281.382,00	3.598.291,00
2	Marvila	2.170.523,00	2.013.823,00	2.156.981,94	2.076.395,46
3	Loures	2.318.110,77	2.308.017,07	2.197.347,24	2.025.558,22
4	Alcabideche	2.038.349,96	1.560.286,55	1.583.099,49	1.546.879,45
5	Alverca do Ribatejo	1.679.427,63	1.640.349,64	1.491.420,61	1.429.094,63

Fonte: Própria

O maior volume de receita cobrada cabe à freguesia de Benfica de acordo com o **Ranking 3** no período em análise. A freguesia com menor volume de receita cobrada é Alverca do Ribatejo com exceção do ano de 2010 em que a freguesia de Alcabideche apresenta o menor volume de receita cobrada.

O ponto seguinte apresenta a estrutura e evolução da receita das freguesias na análise da execução global do orçamento.

Seguidamente à análise da execução global do orçamento, é apresentada a estrutura e evolução da Receita Autárquica, descriminando a receita total cobrada por natureza económica, aferindo assim o impacto de cada, na receita total cobrada.

4.1.2.2. Estrutura e Evolução da receita por capítulos económicos: Receita Corrente e Receita de Capital

Segundo Luís (2002:11), “São receitas correntes as que se repercutem no património não duradouro da autarquia e são provenientes do período orçamental, tanto pelo aumento do activo financeiro, como pela redução do património não duradouro e esgota-se processo da sua

cobrança no período do orçamento anual” e “São receitas de capital cobradas pela autarquia e alteram o seu património duradouro, visto que aumenta o activo e o passivo de médio e longo prazo, ou reduzem o património duradouro da autarquia”.

As **tabelas 5 e 6** apresentam a receita cobrada por natureza económica e a variação da mesma no período de análise.

Tabela 5 – Receita cobrada por natureza económica

unidade: Euros

Receitas	2009	2010	2011	2012
Receitas correntes	10.137.148,78	9.607.972,73	10.256.618,94	10.200.620,42
Receitas de capital	963.100,28	786.207,59	450.589,40	474.669,27
Reposições não abatidas nos pagamentos	4.080,30	4.110,94	3.022,94	929,07
Receitas totais	11.104.329,36	10.398.291,26	10.710.231,28	10.676.218,76

Fonte: Própria

Tabela 6 – Variação da receita corrente e da receita de capital

unidade: Euros

Receitas	Variação da receita em €			Taxa de variação da receita		
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Receitas correntes	-529.176,05	648.646,21	-55.998,52	-5,22%	6,75%	-0,55%
Receitas de capital	-176.892,69	-335.618,19	24.079,87	-18,37%	-42,69%	5,34%
Reposições não abatidas nos pagamentos	30,64	-1.088,00	-2.093,87	0,75%	-26,47%	-69,27%
Totais	-706.038,10	311.940,02	-34.012,52	-22,84%	-62,40%	-64,47%

Fonte: Própria

Da análise das **tabelas 5 e 6** verifica-se que as receitas correntes são as com maior peso, tendo um decréscimo nos anos de 2009/2010 e de 2011/2012, em 529.176,05€ e 55.998,52€ respetivamente, e um aumento em 648.646,21€ de 2010/2011. As receitas de capital têm tendência decrescente à exceção de 2011/2012 com o crescimento em 24.079,87€. As reposições não abatidas nos pagamentos¹² (RNAP) representam um peso diminuto com tendência decrescente de 2010 até 2012 e um pequeno aumento de 2009/2010 em 30,64€.

A **tabela 7** apresenta a evolução e estrutura das receitas cobradas no global das freguesias.

¹² **RNAP** - Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou parte, pelas entidades que os receberam. Contudo, neste capítulo só se registam as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento. Caso contrário, ou seja, no caso de as devoluções terem lugar antes do encerramento do ano financeiro, estamos perante reposições abatidas aos pagamentos. Estas últimas implicam unicamente correções da dotação utilizada e do respetivo saldo disponível e, portanto, não são tidas como receita orçamental (Caiado, Carvalho e Silveira;2006:359).

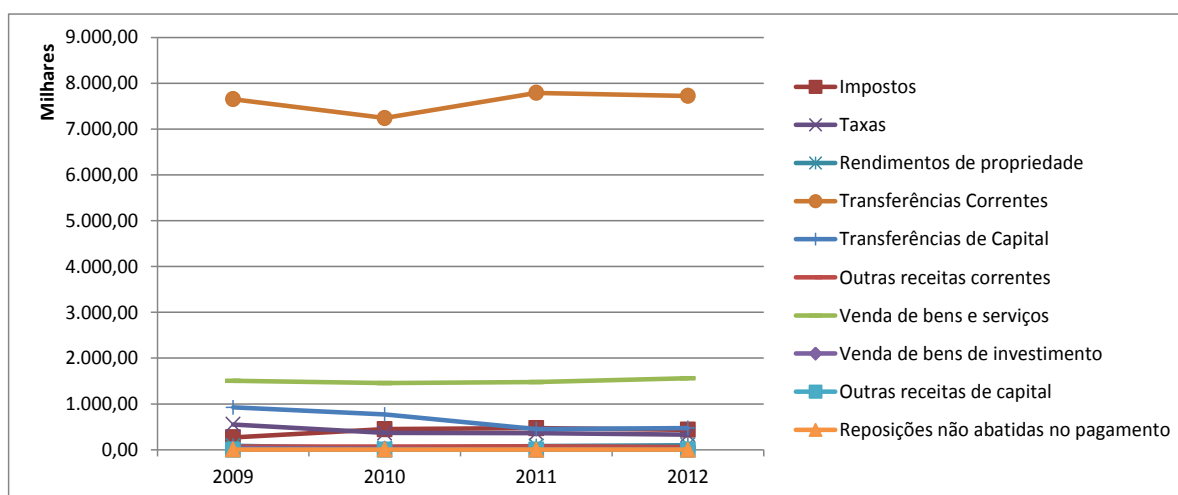
Tabela 7 – Evolução e estrutura das receitas cobradas

unidade: Euros

Receitas	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Impostos e taxas	822.009,44	7%	815.998,17	8%	834.567,12	8%	763.312,62	7%
Rendimentos de propriedade	87.581,77	1%	29.306,57	0%	80.570,75	1%	100.192,02	1%
Transferências recebidas	8.576.536,50	77%	8.008.132,37	77%	8.239.481,90	77%	8.196.683,45	77%
Vendas de bens e serviços	1.503.171,07	14%	1.453.710,78	14%	1.476.226,85	14%	1.558.151,51	15%
Outras receitas correntes	71.692,72	1%	69.571,43	1%	76.211,61	1%	56.950,09	1%
Venda de bens duradouros	35.998,00	0%	17.461,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Ativos financeiros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Passivos financeiros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Outras receitas de capital	3.259,56	0%	0,00	0%	150,11	0%	0,00	0%
Reposições não abatidas aos pagamentos	4.080,30	0%	4.110,94	0%	3.022,94	0%	929,07	0%
Total	11.104.329,36	100%	10.398.291,26	100%	10.710.231,28	100%	10.676.218,76	100%

Fonte: Própria

A **tabela 7** e o **gráfico 3** apresentam a estrutura das receitas por classificação económica e a sua evolução ao longo do período de análise, assim como o peso de cada tipo de receita no total das receitas. As receitas com maior peso na estrutura do orçamento são as Transferências recebidas e as Vendas de bens e serviços, tendo por média 77% e 14% respetivamente. Não existem ativos e passivos financeiros e as receitas que ao longo do período não atingem 1% são: venda de bens duradouros, outras receitas de capital e reposições não abatidas aos pagamentos. As transferências correntes representam o maior valor em relação às restantes receitas, situando-se entre os 7 e 8 milhões. Por sua vez as restantes receitas não ultrapassam os 2 milhões.

Gráfico 3 - Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2009 a 2012


Fonte: Própria

A **tabela 8** apresenta as transferências correntes e de capital, no total das freguesias.

Tabela 8 – Transferências correntes e de capital

unidade: Euros

Receitas	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
06 - Transferências correntes	7.652.693,78	69%	7.239.385,78	70%	7.789.042,61	73%	7.722.014,18	72%
10 - Transferências de Capital	923.842,72	8%	768.746,59	7%	450.439,29	4%	474.669,27	4%
Total de Transferências	8.576.536,50	77%	8.008.132,37	77%	8.239.481,90	77%	8.196.683,45	77%
Receita Total	11.104.329,3	100%	10.398.291,26	100%	10.710.231,28	100%	10.676.218,7	100%

Fonte: Própria

Analisando a **tabela 8** verifica-se que as transferências correntes apresentam a média de 70,90% do peso das receitas totais e as transferências de capital a média 6,09%, originando a média de 77,00% de peso das transferências, no total das receitas totais como já evidenciado no **tabela 12**. A evolução em valores absolutos é irregular, sendo decrescente de 2009 para 2011 (-413.308,00€) e de 2011 para 2012 (-67.028,43€), por sua vez crescente de 2010 para 2011 (549.656,83). Relativamente às transferências de capital a evolução é decrescente de 2009 até 2011 (-155.096,13€ e -318.307,30€) e crescente de 2011 para 2012 (24.229,98€).

Relativamente às receitas de passivos financeiros as mesmas não serão objeto de análise devido à sua inexistência. Os impostos também não foram objeto de análise, sendo que o seu volume no total das receitas não é significativo.

4.1.3. Despesas Autárquicas

De acordo com o disposto no Classificador Económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, as despesas autárquicas são agrupadas por grupos económicos e classificada por capítulos, como apresentado no seguinte **quadro 12**:

Quadro 12 - Classificação económica das despesas

Despesas correntes	Despesas de capital	Outras despesas
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital	17 – Operações extra-orçamentais
02 – Aquisição de bens e serviços	08 – Transferências de capital	
03 – Juros e outros encargos	09 – Ativos Financeiros	
04 – Transferências correntes	10 – Passivos financeiros	
05 – Subsídios	11 – Outras despesas de capital	
06 – Outras despesas correntes		

Fonte: Adaptado (Quadro 2.24 – Carvalho, *et al*; 2013:103)

4.1.3.1. Execução global do Orçamento da Despesa

No AFMP, na ótica da despesa, são analisadas e comparadas as despesas previstas, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados, os compromissos para exercícios futuros e os compromissos por pagar, todavia, no presente estudo, só foi possível analisar a despesa prevista e paga, ficando assim a despesa comprometida por analisar.

As tabelas e gráficos seguintes apresentam a execução do orçamento das despesas, a evolução da despesa prevista e cobrada, assim como as suas variações, a análise do excesso da despesa sobre a receita e a comparação do grau de execução da despesa com o grau de execução da receita.

A **tabela 9** apresenta as despesas previstas, as despesas pagas e o grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista, não sendo possível apresentar os valores de respeitante aos compromissos por falta de dados.

Tabela 9 – Orçamento e execução das despesas

unidade: Euros					
Receitas	2009	2010	2011	2012	média
Despesas previstas (a)	13.549.026,32	12.549.360,25	13.905.040,75	14.444.567,12	13.611.998,61
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (b)	10.845.089,22	10.005.194,72	10.801.976,96	10.444.623,69	10.524.221,15
Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista (b/a)	80,04%	79,73%	77,68%	72,31%	75,00%

Fonte: Própria

As **tabelas 9 e 10** demonstram a média do período relativamente ao Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista de 75,00%. Em média a despesa prevista é de 13.611.998,61€ e a despesa paga de 10.524.221,15€, originando a variação média de 3.087.777,46€. A média no período de análise do excedente de despesa prevista sobre a receita prevista é 1.413.771,47€ e a média do excedente de despesa paga sobre a receita cobrada é 3.031.165,38€, verificando-se um valor superior ao dobro do excedente entre o real e a previsão.

Tabela 10 – Variação da Despesa Orçada e Cobrada

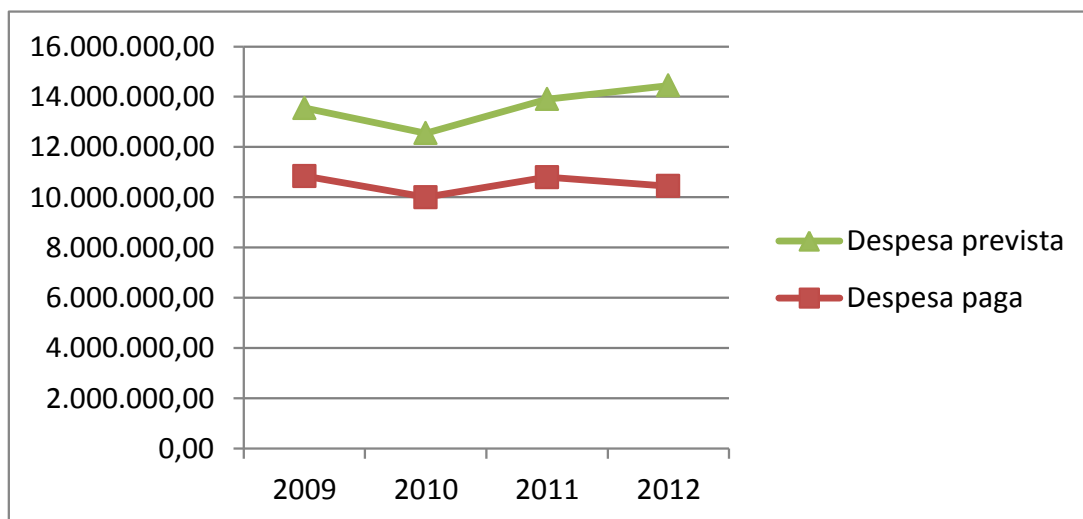
unidade: Euros

Variação das despesas	2009/2010		2010/2011		2011/2012	
	Valor absoluto	Taxa	Valor absoluto	Taxa	Valor absoluto	Taxa
Despesas previstas (a)	-999.666,07	-7,38%	1.355.680,50	10,80%	539.526,37	3,88%
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (b)	-839.894,50	-7,74%	796.782,24	7,96%	-357.353,27	-3,31%

Fonte: Própria

O **gráfico 4** apresenta a evolução da despesa prevista e cobrada no global das freguesias, verificando-se que a despesa prevista é sempre superior à despesa paga.

Gráfico 4 – Evolução da despesa prevista e cobrada entre 2009 e 2012



Fonte: Própria

A **tabela 11** apresenta o excesso de despesa sobre a receita, no global das freguesias.

Tabela 11 – Excesso da Despesa sobre a Receita

		unidade: Euros			
		2009	2010	2011	2012
Receitas	Receitas previstas (a)	12.665.908,00	11.474.827,00	12.164.054,79	12.465.815,08
	Receitas liquidadas (b)	11.104.329,36	10.398.291,26	10.710.231,28	10.676.218,76
	Receitas cobradas (c)	11.104.329,36	10.398.291,26	10.710.231,28	10.676.218,76
	Receitas liquidadas por cobrar (créditos s/ terc.)	0,00	0,00	0,00	6.821,65
	Saldo do exercício anterior (d)	2.283.118,60	2.105.966,49	3.441.358,51	3.502.031,83
Despesas	Despesas previstas (e)	13.549.026,32	12.549.360,25	13.905.040,75	14.444.567,12
	Despesas paga no exercício (f)	10.845.089,22	10.005.194,72	10.801.976,96	10.444.623,69
Excesso de despesa sobre receita	(Receitas previstas + Saldo do exercício anterior) - Despesas previstas ((a+d)-e)	1.400.000,28	1.031.433,24	1.700.372,55	1.523.279,79
	(Receitas cobrada - Saldo do exercício anterior) - Despesa paga ((c+d)-f)	2.542.358,74	2.499.063,03	3.349.612,83	3.733.626,90

Fonte: Própria

Da análise a **tabela 11** verifica-se que relativamente à receita e despesa prevista, as despesas não excedem as receitas, assim como nas receitas cobradas relativamente às despesas pagas. Não foi possível apresentar o excesso de despesa comprometida em relação à receita liquidada e cobrada, por falta de dados.

A **tabela 12** compara o grau de execução da despesa com o grau de execução da receita.

Tabela 12 – Comparação do Grau de Execução da Despesa com o Grau de Execução da Receita

		unidade: Euros			
		2009	2010	2011	2012
Grau de execução da receita	Receita liquidada / Receita prevista (a)	87,67%	90,62%	88,05%	85,64%
	Receita cobrada / Receita prevista (b)	87,67%	90,62%	88,05%	85,64%
Grau de execução da despesa	Despesa paga / Despesa prevista (d)	80,04%	79,73%	77,68%	72,31%
Diferença de execução da despesa e da receita	(d) - (b)	-7,63%	-10,89%	-10,36%	-13,34%

Fonte: Própria

No período de 2009 a 2012 a média de execução da receita é 88,00%, correspondendo 77,44% corresponde à média de execução da despesa, sendo 10,55% a diferença entre médias da execução da despesa e da receita. O grau de execução da receita é crescente de 2009 (2,95%) para 2010 e decrescente nos restantes anos de 2010 a 2012 (2,57% e 2,41%). O grau de

execução da despesa é sempre decrescente (-0,31%, 2,05% e 5,37%), conforme demonstrado na **tabela 12**.

4.1.3.2. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica

Apresenta-se a evolução da despesa das freguesias de 2009 a 2012, por rubrica económica e nas fases de execução: despesa realizada e despesa paga, os compromissos do exercício e a pagar não são objeto de análise com já referenciado por falta de dados por parte das freguesias.

A **tabela 13** mostra a estrutura e peso da despesa paga por classificação económica. Seguidamente a **tabela 14**, apresenta as taxas de variação da despesa paga e o **Ranking 4** o volume de despesa paga por freguesia.

Tabela 13 – Estrutura e peso da despesa paga por económica

unidade: Euros

Despesas	Estrutura e peso da despesa paga							
	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
01 - Despesas com pessoal	4.041.618,77	37,27%	3.851.901,86	38,50%	3.867.742,17	35,80%	3.526.963,76	33,77%
02 - Aquisição de bens e serviços	4.444.473,77	40,98%	4.357.905,53	43,56%	4.508.526,71	41,74%	4.427.358,14	42,39%
03 - Juros e outros encargos	4.314,15	0,04%	3.614,95	0,04%	3.774,15	0,03%	2.430,07	0,02%
04 - Transferências correntes	513.149,74	4,73%	452.249,54	4,52%	696.580,97	6,45%	848.278,76	8,12%
05 - Subsídios	105.708,54	0,97%	53.641,84	0,54%	48.115,40	0,45%	46.277,39	0,44%
06 - Outras despesas correntes	10.334,37	0,10%	28.188,49	0,28%	10.635,93	0,10%	8.283,14	0,08%
Total de despesas correntes	9.119.599,34	84,09%	8.747.502,21	87,43%	9.135.375,33	84,57%	8.859.591,26	84,82%
07 - Aquisição de bens de capital	1.632.551,31	15,05%	1.178.575,87	11,78%	1.458.273,78	13,50%	1.271.386,91	12,17%
08 - Transferências de capital	92.935,57	0,86%	79.118,64	0,79%	208.963,20	1,93%	313.645,58	3,00%
09 - Ativos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	40,20	0,00%	0,00	0,00%
Total de despesas de capital	1.725.486,88	15,91%	1.257.694,51	12,57%	1.667.277,18	15,43%	1.585.032,49	15,18%
Total da despesa	10.845.086,22	100,00%	10.005.196,72	100,00%	10.802.652,51	100,00%	10.444.623,75	100,00%

Fonte: Própria

De acordo com os dados apresentados na **tabela 13** as despesas com maior peso são as correntes com a média de 85,23% e as despesas de capital têm a média de 14,77%. Verifica-se ainda que nas despesas correntes as que representam maior peso médio são: as aquisições de bens e serviços em média 42,17% e as despesas com pessoal em média 36,33%. Nas despesas de capital, as que têm maior peso são as de aquisição de bens de capital com 13,13%. O comportamento das despesas com maior peso referenciadas é irregular, sendo que de 2010 para 2011 regista-se um crescimento e nos anos de 2009 para 2010 e de 2011 para 2012 decresce.

Tabela 14 – Taxas de variação da despesa paga

unidade: Euros

Despesas	2009/2010		2010/2011		2011/2012	
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
01 - Despesas com pessoal	-189.716,91	-4,69%	15.840,31	0,41%	-340.778,41	-8,81%
02 - Aquisição de bens e serviços	-86.568,24	-1,95%	150.621,18	3,46%	-81.168,57	-1,80%
03 - Juros e outros encargos	-699,20	-16,21%	159,20	4,40%	-1.344,08	-35,61%
04 - Transferências correntes	-60.900,20	-11,87%	244.331,43	54,03%	151.697,79	21,78%
05 - Subsídios	-52.066,70	-49,25%	-5.526,44	-10,30%	-1.838,01	-3,82%
06 - Outras despesas correntes	17.854,12	172,76%	-17.552,56	-62,27%	-2.352,79	-22,12%
Total de despesas correntes	-372.097,13	88,79%	387.873,12	-10,27%	-275.784,07	-50,39%
07 - Aquisição de bens de capital	-453.975,44	-27,81%	279.697,91	23,73%	-186.886,87	-12,82%
08 - Transferências de capital	-13.816,93	-14,87%	129.844,56	164,11%	104.682,38	50,10%
09 - Ativos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	40,20	0,00%	-40,20	-100,00%
Total de despesas de capital	-467.792,37	-42,67%	409.582,67	187,85%	-82.244,69	-62,72%
Total da despesa	-839.889,50	46,12%	797.455,79	177,57%	-358.028,76	-113,11%

Fonte: Própria

A **tabela 14** apresenta as variações da despesa cobrada, verificando-se que as despesas correntes têm variação negativa de 2009 para 2010 e de 2011 para 2012 (-372.097,13€ e -275.784,07€), de 2010 para 2011 têm uma variação positiva em 387.873,12€. As receitas de capital registam o mesmo comportamento que as receitas correntes, pelo que as variações negativas são de: 467.792,37€ e 82.244,69€ e a variação positiva é 409.582,67€. As despesas com maior taxa de variação negativa para cada ano são: Subsídios (2009/2010 – 49,25%), outras despesas correntes (2010/2011 – 62,27%), outras despesas de capital (2011/2012 – 100,00%). As taxas com maior variação positiva são: outras despesas correntes (2009/2010 – 172,76% e transferências de capital (2010/2011 – 164,11% e 2011/2012 - 50,10%).

O **ranking 4** apresenta o volume de despesa paga por freguesia no período de análise.

Ranking 4 – Volume de despesa paga

unidade: Euros

FREGUESIA		2009	2010	2011	2012
1	Benfica	2.816.737,00	3.138.353,00	3.583.902,00	3.430.565,00
2	Loures	2.284.710,37	2.027.370,68	1.969.610,92	2.181.451,99
3	Marvila	1.974.249,00	1.580.360,00	2.170.391,13	1.901.402,53
4	Alcabideche	2.084.742,18	1.618.548,71	1.590.334,09	1.552.739,17
5	Alverca do Ribatejo	1.684.647,67	1.640.564,33	1.488.414,37	1.378.465,06

Fonte: Própria

O **Ranking 4** demonstra que a freguesia de Benfica apresenta o maior volume de despesa cobrada no período de 2009 a 2012 e a freguesia com menor volume de despesa cobrada é Alverca do Ribatejo à exceção do ano de 2010 em que Marvila apresenta o menor volume de despesa cobrada.

4.1.3.3. Principais Despesas Realizadas, por classificação económica

No seguimento da **tabela 13**, neste ponto é apresentado uma análise pormenorizada das despesas com maior peso no orçamento.

Despesas com Pessoal

Ranking 5 – Peso das despesas com pessoal nas despesas totais

FREGUESIA		2009	2010	2011	2012
1	Alverca do Ribatejo	61,01%	65,20%	62,55%	61,31%
2	Alcabideche	41,72%	48,78%	49,62%	47,67%
3	Loures	44,18%	47,08%	45,16%	37,02%
4	Benfica	30,08%	24,41%	26,99%	25,25%
5	Marvila	14,56%	17,23%	13,40%	14,09%

Fonte: Própria

No **ranking 5** verifica-se que a freguesia de Alverca do Ribatejo apresenta em todos os anos o maior peso de despesas com pessoal nas despesas totais, sendo 62,52% a sua média. A freguesia de Marvila apresenta menor peso de despesas com pessoal nas despesas totais em média 14,82%. No **ranking 6** é apresentado por freguesia o volume de despesas realizadas com pessoal.

Ranking 6 – Volume de despesas realizadas com pessoal

unidade: Euros

	FREGUESIA	2009	2010	2011	2012
1	Benfica	847.268,00	765.950,00	967.370,00	866.113,00
2	Alverca do Ribatejo	1.027.801,70	1.069.705,20	930.945,10	845.119,86
3	Loures	1.009.465,39	954.520,92	889.409,87	807.538,28
4	Alcabideche	869.665,68	789.480,74	789.157,90	740.240,36
5	Marvila	287.418,00	272.245,00	290.859,30	267.952,26

Fonte: Própria

No ano de 2012 as freguesias apresentam o menor valor de despesa com pessoal (3.526.963,76€), em 2012 e 2011 a freguesia de Benfica apresenta o maior volume de despesa com pessoal (866.113,00€ e 967.370,00€), enquanto nos 2009 e 2010 a freguesia com maior volume é Alverca do Ribatejo (**ranking 6**).

Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes

Ranking 7 – Volume de despesas realizadas com aquisição de bens e serviços

unidade: Euros

	FREGUESIA	2009	2010	2011	2012
1	Benfica	1.346.055,00	1.757.153,00	1.739.439,00	1.776.473,00
2	Marvila	1.124.380,00	892.978,00	1.144.194,67	1.018.031,01
3	Alcabideche	884.059,40	633.572,89	647.359,44	742.209,28
4	Loures	645.731,23	694.943,47	588.613,34	553.404,06
5	Alverca do Ribatejo	444.248,14	379.258,17	388.920,26	337.240,79

Fonte: Própria

O **ranking 7** demonstra que a freguesia de Benfica apresenta o maior valor de despesa realizada de 2009 a 2012, em média 1.654.780,00€ e a freguesia com menor valor no mesmo período é Alverca do Ribatejo obtendo uma média de 387.416,84€.

Despesas com Transferências correntes

Ranking 8 – Volume de transferências correntes

unidade: Euros

FREGUESIA		2009	2010	2011	2012
1	Benfica	96.391,00	148.698,00	276.995,00	323.587,00
2	Loures	221.226,14	145.143,86	179.026,57	277.665,12
3	Marvila	151.145,00	121.900,00	217.559,56	227.523,00
4	Alverca do Ribatejo	44.387,60	36.507,68	22.999,84	19.503,64
5	Alcabideche	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Própria

As transferências correntes têm um decréscimo de 60.900,20€ ou 11,87% em 2010 relativamente ao ano de 2009, de 2010 a 2012 tem evolução crescente 244.331,43€/54,03% (2010/2011) e 151.697,79€/21,78% (2011/2012). No **ranking 8** a freguesia com maior volume de transferências correntes é Benfica e a freguesia de Alcabideche não apresenta valor para as transferências correntes.

Aquisição de bens de capital

Ranking 9 – Volume de aquisições de bens de capital

unidade: Euros

FREGUESIA		2009	2010	2011	2012
1	Benfica	520.116,00	441.538,00	591.145,00	457.781,00
2	Marvila	410.945,00	292.908,00	517.360,17	387.533,99
3	Loures	323.157,13	159.001,04	104.704,54	229.828,95
4	Alverca do Ribatejo	156.531,35	146.152,58	142.572,96	174.448,43
5	Alcabideche	221.801,83	138.976,25	102.491,11	21.794,54

Fonte: Própria

Relativamente à aquisição de bens de capital a freguesia de Benfica apresenta o maior valor de 2009 a 2012 com o valor médio de 502.645,00€. A freguesia com menor valor de bens de capital é Alcabideche com a média 121,265,93€.

4.1.4. Situação Financeira Global

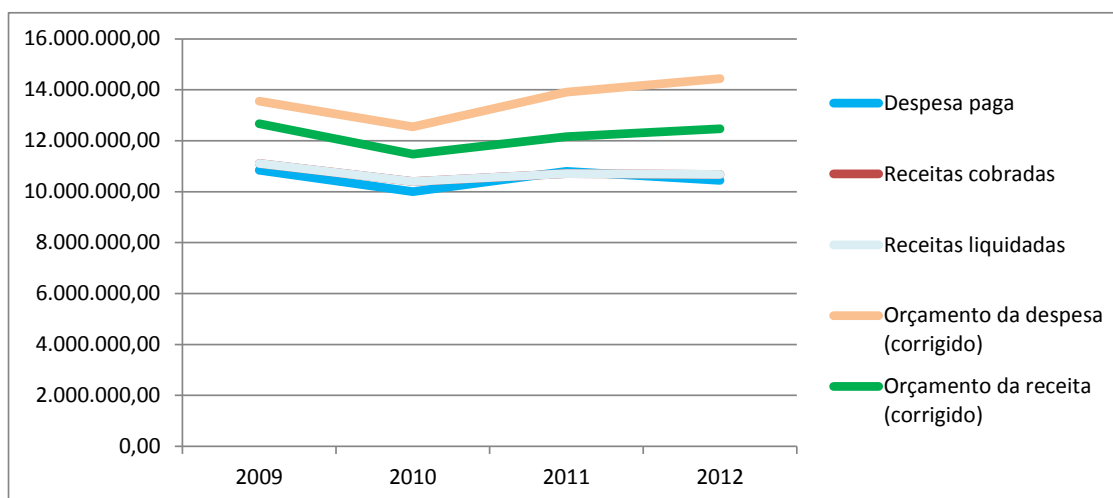
Neste ponto é apresentado a situação financeira global das freguesias com base na análise da contabilidade orçamental das mesmas, pelo que divide-se em dois sub-pontos: a comparação da receita cobrada com a despesa realizada e paga e os saldos orçamentais.

4.1.4.1. Comparação da receita cobrada com a despesa realizada e paga

De forma a proceder à comparação da receita cobrada com a despesa realizada e paga foi elaborado o **gráfico 5** que apresenta a evolução da receita liquidada, receita cobrada e despesa paga e a **tabela 15** com indicadores da despesa e da receita

O **gráfico 5** apresenta a evolução da receita liquidada, receita cobrada e despesa paga.

Gráfico 5 – Evolução da receita liquidada, receita cobrada, despesa paga, nos exercícios de 2009 a 2012



Fonte: Própria

O **gráfico 5** representa a comparação dos orçamentos da receita e despesa e das receitas liquidadas, cobradas e despesas pagas. Como já referenciado anteriormente, não é possível analisar os compromissos assumidos pela falta de dados na amostra. No período em análise, as receitas liquidadas e cobradas são equivalentes. O orçamento da receita ao longo dos anos é sempre inferior em média -1.419.347,39€, a receita cobrada nos anos de 2009, 2010 e 2012 é superior à despesa paga em média 294.643,91€, no ano de 2011 a despesa paga supera em 91.745,68€, o valor das receitas cobradas.

A **tabela 15** apresenta os indicadores da despesa e receita: grau de execução da receita e da despesa, o peso das despesas de investimento e das despesas com pessoal.

Tabela 15 – Indicadores da Despesa e da Receita

		2009	2010	2011	2012
Grau de execução da despesa	Mínimo	66,43%	52,81%	60,87%	55,67%
		Marvila	Marvila	Marvila	Marvila
	Máximo	96,85%	93,17%	98,10%	92,71%
		Loures	Alverca do Ribatejo	Alverca do Ribatejo	Alverca do Ribatejo
	Médio	83,30%	81,73%	81,56%	75,88%
Grau de execução da receita	Mínimo	69,85%	79,26%	72,05%	72,78%
		Benfica	Benfica	Benfica	Benfica
	Máximo	98,74%	98,75%	99,54%	102,26%
		Loures	Marvila	Marvila	Marvila
	Médio	90,89%	92,31%	92,38%	89,82%
Despesas de investimento / despesas totais	Mínimo	9,29%	7,84%	5,32%	1,40%
		Alverca do Ribatejo	Loures	Loures	Alcabideche
	Máximo	20,82%	18,53%	23,84%	20,38%
		Marvila	Marvila	Marvila	Marvila
	Médio	14,67%	11,59%	12,33%	11,66%
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	14,56%	17,23%	13,40%	14,09%
		Marvila	Marvila	Marvila	Marvila
	Máximo	61,01%	65,20%	62,55%	61,31%
		Alverca do Ribatejo	Alverca do Ribatejo	Alverca do Ribatejo	Alverca do Ribatejo
	Médio	38,31%	40,54%	39,54%	37,07%

Fonte: Própria

A **tabela 15** apresenta indicadores da despesa e receita referindo os seus valores mínimos, máximos e médios, com referência das freguesias que obtiveram os valores mínimos e máximos. O grau de execução da receita poderá indicar que as receitas previstas foram subavaliadas e não a falta de capacidade de cobrança das mesmas. O grau de execução da despesa é decrescente ao longo dos anos, no grau de execução da receita é crescente até 2011 e decresce em 2012. Os valores médios para os anos de 2009 a 2012 são de 80,62% na despesa e 91,35% na receita. As médias das despesas com investimentos e pessoal no período entre 2009 e 2012 são 12,56% e 38,87%, respetivamente.

4.1.4.2. Saldos Orçamentais

De acordo com o descrito no AFMP quando se questiona o *défice* público é utilizado como referencia o saldo global (saldo efetivo), relacionado com as receitas efetivas¹³ e despesas efetivas¹⁴. O saldo global ou efetivo é a diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva, pelo que se for positivo traduz a capacidade das freguesias se financiarem, o oposto origina o *défice* e a necessidade de financiamento. O saldo primário¹⁵ foi calculado só na base de caixa por falta de informação para cálculo na base de compromissos, sendo essa a base mais correta, pela ótica financeira (receitas liquidadas e compromissos assumidos), averiguando-se desta forma quais os créditos sobre terceiros a curto prazo.

Tabela 16 – Saldos na Base de Caixa (Recebimentos *versus* Pagamentos)

unidade: Euros

Base de caixa (recebimentos / pagamentos)		2009	2010	2011	2012
(a)	Receitas correntes	10.137.148,78	9.607.972,73	10.256.618,94	10.200.620,42
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ã abatidas pagamentos	2.287.198,90	2.110.077,43	3.444.381,45	3.502.960,90
(c)	Despesas correntes	9.119.599,34	8.747.502,21	9.135.375,33	8.859.591,26
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	3.304.748,34	2.970.547,95	4.565.625,06	4.843.990,06
	N.º de freguesias com corrente positiva	4	4	5	4
(e)	Receitas de capital	963.100,28	786.207,59	450.589,40	474.669,27
(f)	Despesas de capital	1.725.486,88	1.257.694,51	1.667.277,18	1.585.032,49
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-762.386,60	-471.486,92	-1.216.687,78	-1.110.363,22
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	13.387.447,96	12.504.257,75	14.151.589,79	14.178.250,59
(c)+(f)	Despesas totais	10.845.086,22	10.005.196,72	10.802.652,51	10.444.623,75
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	2.542.361,74	2.499.061,03	3.348.937,28	3.733.626,84
	N.º de freguesias com saldo orçamental positivo	4	4	5	4
(i)	Ativos financeiros (receita)	0,00	0,00	0,00	0,00
(j)	Ativos financeiros (despesa)	0,00	0,00	0,00	0,00
(k)	Passivos financeiros (receita)	0,00	0,00	0,00	0,00
(l)	Passivos financeiros (despesa)	0,00	0,00	0,00	0,00
(m)	Receitas - AF - PF	13.387.447,96	12.504.257,75	14.151.589,79	14.178.250,59
(n)	Despesas - AF - PF	10.845.086,22	10.005.196,72	10.802.652,51	10.444.623,75
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	2.542.361,74	2.499.061,03	3.348.937,28	3.733.626,84
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	4.314,15	3.614,95	3.774,15	2.430,07
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	2.546.675,89	2.502.675,98	3.352.711,43	3.736.056,91
	N.º de freguesias com saldo primário positivo	4	5	5	4

Fonte: Própria

A **tabela 16** apresenta um saldo primário positivo ao longo dos anos. A freguesia que apresenta saldo negativo em 2009 e 2012 é Alverca do Ribatejo. O saldo global ou efetivo é sempre positivo, logo no geral, as freguesias conseguem financiamento.

¹³ **Receita efetiva** = receita corrente + receita de capital – ativos financeiros – passivos financeiros (Carvalho et al;2013:165).

¹⁴ **Despesa efetiva** = despesa corrente + despesa de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. ((Carvalho et al;2013:165).

¹⁵ **Saldo primário** = saldo global + juros. (Carvalho et al;2013:165).

4.1.5. Análise Financeira, Económica e Patrimonial das Freguesias

Neste capítulo é efetuada a análise com base na contabilidade patrimonial, sendo o mesmo dividido em 5 sub - pontos; a fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos, Ativo, Fundos Próprios, Passivo e Custos, Proveitos e Resultados Económicos.

A “contabilidade financeira ou patrimonial é o sistema que tem como objetivo principal o registo de todas as operações que alteram a composição quantitativa ou qualitativa do património da instituição, permitindo a este sistema obter informação da situação económica da financeira e o seu valor patrimonial. Este sistema é designado por Contabilidade Geral, Contabilidade Financeira¹⁶ ou Contabilidade Patrimonial¹⁷” (Carvalho, Martinez e Pradas; 1999:47).

A técnica mais utilizada pela análise financeira consiste em estabelecer relações entre contas e agrupamento de contas do Balanço, Demonstração de Resultados e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, ou ainda, entre outras grandezas económicas. Estas designações têm várias designações, tais como, rácios, índices, coeficientes, quocientes, indicadores, etc. (Neves; 2000:79).

4.1.5.1. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração de Resultados

Os dinheiros das freguesias são públicos, pelo que o rigor no controlo e transparência da sua atividade financeira e das suas relações financeiras constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, assim como pelo Tribunal de Contas através da Resolução n.º 4/2001, incluindo documentos de informação financeira, patrimonial e económica na prestação de contas a entregar/remeter a este órgão. Esta informação é similar à apresentada pelas entidades públicas e privadas antes da aplicação do SNC (Carvalho, et al, 2014:171).

Como já referido, a contabilidade patrimonial prevista no POCAL assenta numa base de acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios, que está refletido nos mapas do Balanço, Demonstração dos Resultados e Anexos.

A **Tabela 17** reflete em resumo o número de freguesias da amostra que apresentam diversa informação patrimonial e económica constante no Balanço e Demonstração dos Resultados cumprindo com o disposto no POCAL referente ao sistema de contabilidade patrimonial.

Da análise da **tabela 17** verifica-se que todas as freguesias da amostra cumprem com o disposto no POCAL respeitante à Contabilidade Patrimonial, expondo o Balanço e Demonstração

¹⁶ Termo mais utilizado pelos países de influência anglo-saxónica (Carvalho, Martinez e Pradas; 1999:47).

¹⁷ Termo utilizado pelo POCP e outros planos específicos da Administração Pública (Carvalho, Martinez e Pradas; 1999:47).

dos Resultados, apresentando todas valores em amortizações e provisões do exercício, assim como apresentam igualmente valores de Bens de Domínio Público à exceção de Benfca em 2012. Apenas a freguesia de Benfca apresenta valor de proveitos diferidos, os quais corresponderam à contabilização dos subsídios ou transferências recebidos e destinados a aquisições de bens de investimento. As freguesias de Alcabideche e Alverca do Ribatejo não apresentam acréscimos de custos, estando por isso em incumprimento, tendo em conta o princípio da especialização. As freguesias de Benfca (todos os anos) e Loures (nos anos de 2011 e 2012) são as únicas que apresentam valores de dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes. O facto de não apresentarem valores na conta indicada pode não querer dizer que todas as receitas tenham sido liquidadas, poderá verificar-se que a liquidação só é registada no momento da cobrança, o que não obedece ao definido no POCAL.

Tabela 17 – Informação patrimonial e económica

	2009	2010	2011	2012
Apresentam o Balanço e Demonstração dos Resultados na Prestação de contas	5	5	5	5
Apresentam amortizações do exercício no Mapa de Demonstração dos	5	5	5	5
O Ativo apresenta valor na conta Bens de Domínio Público	4	4	4	4
Têm no ativo, em Bens do Domínio Público, valor em terrenos	2	2	2	2
Têm no ativo, em Bens do Domínio Público, valor em património histórico artístico e cultural	4	3	3	3
Os Bens de Domínio Público são superiores a 20% do total do Ativo	2	2	2	2
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	1	1	2	2
Apresentam no Ativo valores de existências	1	1	1	1
Têm provisões do exercício (mapa DR)	5	5	5	5
Registam proveitos diferidos no Balanço (Passivo)	1	1	1	1
Apresentam no Passivo acréscimos de custos	3	3	3	3

Fonte: Própria

4.1.5.2. Ativo

O **Ativo**, divide-se em ativo circulante, ativo fixo e acréscimos e diferimentos. Segundo o *Internacional Federation of Accouting* (IFAC), “os ativos são recursos controlados por uma entidade em consequência de acontecimentos passados e a partir dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.” (Carvalho, Fernandes e Teixeira;2006:45).

As tabelas e gráfico seguinte apresentam as componentes do Ativo, a sua estrutura graficamente e a sua evolução.

Tabela 18 – Componentes do Ativo do Balanço

unidade: Euros

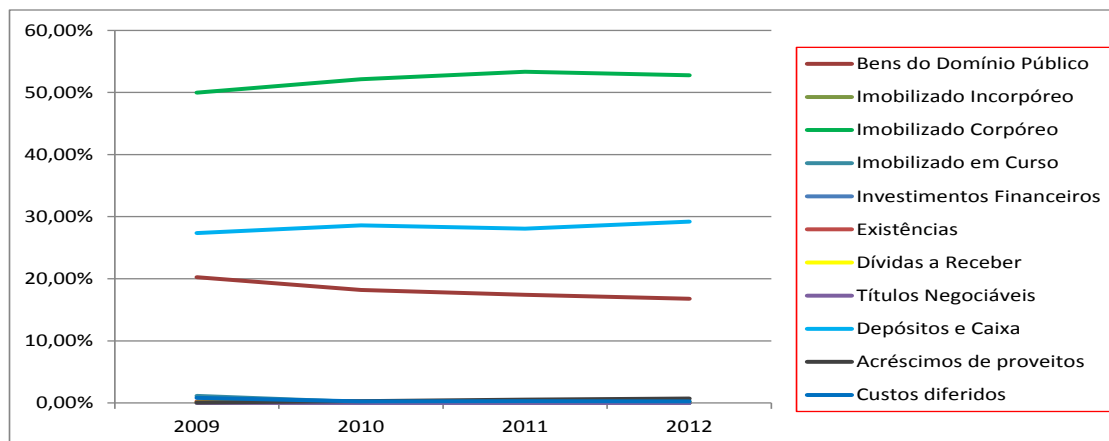
Componentes do Ativo	2009	2010	2011	2012
Bens do Domínio Público	2.331.316,78	2.253.204,82	2.156.922,15	2.119.391,88
Imobilizado Incorpóreo	9.957,11	4.942,76	6.442,76	1.500,00
Imobilizado Corpóreo	5.754.031,23	6.459.848,35	6.598.808,64	6.662.252,10
Imobilizado em Curso	132.728,93	18.101,60	0,00	0,00
Total do Imobilizado	8.228.034,05	8.736.097,53	8.762.173,55	8.783.143,98
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências	27.822,72	27.556,88	15.285,22	15.846,03
Dívidas a Receber	8.400,00	18.394,90	24.969,38	19.021,96
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Caixa	3.149.113,00	3.544.522,01	3.473.471,52	3.685.759,25
Acréscimos de proveitos	6.737,63	35.503,39	65.836,42	90.737,75
Custos diferidos	93.254,40	31.987,45	34.182,53	32.853,50
Ativo Total	11.513.361,80	12.394.062,16	12.375.918,62	12.627.362,47

Em todos os quadros o total do imobilizado não engloba os investimentos financeiros, procedendo à separação dos elementos ditos operacionais para a atividade principal das Freguesias.

Fonte: Própria

A **tabela 18**, **tabela 19** e o **gráfico 6** representam os valores agregados da amostra ao longo do período de análise e o seu peso no ativo total, verificando-se que: o imobilizado corpóreo representa em média 52,04% no período de 2009 a 2012, os depósitos e caixa 28,30%, os bens de domínio público 18,16% e o total do imobilizado representa em média 70,58% do ativo total. Em 2010 o total do imobilizado aumentou em 508.063,48€, registando-se um aumento em imobilizado corpóreo de 708.817,12€ acompanhado da redução em -114.627,33€ de imobilizado em curso e -78.111,96€ de bens de domínio público. O valor de bens de domínio público ao longo dos anos de 2009 a 2012 sofre um decréscimo em média de -70.641,63€, o imobilizado corpóreo tem crescimento em média de 302.740,29€ e o total do imobilizado também tem um crescimento em média de 185.036,64€.

Gráfico 6 – Estrutura do Ativo de 2009 a 2012



Fonte: Própria

Tabela 19 – Evolução do Ativo do Balanço

unidade: Euros

Componentes do Ativo	Variação		
	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Bens do Domínio Público	-78.111,96	-96.282,67	-37.530,27
Imobilizado Incorpóreo	-5.014,35	1.500,00	-4.942,76
Imobilizado Corpóreo	705.817,12	138.960,29	63.443,46
Imobilizado em Curso	-114.627,33	-18.101,60	0,00
Total do Imobilizado	508.063,48	26.076,02	20.970,43
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Existências	-265,84	-12.271,66	560,81
Dívidas a Receber	9.994,90	6.574,48	-5.947,42
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Caixa	395.409,01	-71.050,49	212.287,73
Acréscimos de proveitos	28.765,76	30.333,03	24.901,33
Custos diferidos	-61.266,95	2.195,08	-1.329,03
Ativo Total	880.700,36	-18.143,54	251.443,85

Fonte: Própria

Não foi feita a análise pormenorizada das componentes de Bens de Domínio Público, Imobilizado Corpóreo, Investimentos Financeiros, Dívidas a Receber e Empréstimos a Terceiros, pela falta do Balanço detalhado por parte de algumas das freguesias em estudo.

As **tabelas 20 e 21** apresentam a análise das disponibilidades e disponibilidades reais e a sua variação.

Tabela 20 – Disponibilidades e disponibilidades reais

unidade: Euros

Depósitos e Caixa	2009	2010	2011	2012
Depósitos em instituições financeiras e caixa	3.149.113,00	3.544.522,01	3.473.471,52	3.685.759,25
Titulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
(1) Total de disponibilidades	3.149.113,00	3.544.522,01	3.473.471,52	3.685.759,25
(2) Operações de Tesouraria	91.037,11	83.681,89	104.379,22	85.071,40
(3=1-2) Total de disponibilidades reais	3.058.075,89	3.460.840,12	3.369.092,30	3.600.687,85

Fonte: Própria

Tabela 21 – Variação das Disponibilidades

unidade: Euros

Depósitos e Caixa	Variação em €			Variação em %		
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Depósitos em instituições financeiras e caixa	395.409,01	-71.050,49	212.287,73	12,56%	-2,00%	6,11%
Titulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
(1) Total de disponibilidades	395.409,01	-71.050,49	212.287,73	12,56%	-2,00%	6,11%
(2) Operações de Tesouraria	-7.355,22	-91.747,82	231.595,55	-8,08%	-109,64%	221,88%
(3=1-2) Total de disponibilidades reais	402.764,23	20.697,33	-19.307,82	20,64%	107,63%	-215,77%

Fonte: Própria

Da análise às disponibilidades representadas nas **tabelas 20 e 21**, verifica-se que as disponibilidades reais (total de disponibilidades – operações de tesouraria) são positivas no período em análise, sendo o valor médio de 3.372.174,04€. A variação das disponibilidades reais é positiva de 2009 a 2011 (2009/2010 → 402.764,23€ o que corresponde a 20,64%; 2010/2011 → 20.697,33€ o que corresponde a 107,63%), sendo negativa de 2011 para 2012 com os valores de -19.307,82€ e -215,77%.

4.1.5.3. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos

Neste ponto é feita a análise dos fundos próprios e proveitos diferidos tendo por base o balanço, representando sua composição e a variação dos valores nas **tabelas 22 e 23**. **Fundos Próprios**, é a diferença apurada entre os valores do ativo e valores do passivo. Para o IFAC “O Capital Próprio (na Contabilidade Pública designado por “Fundos Patrimoniais”), é a medida residual na demonstração da posição financeira (ativos menos passivos) podendo ser positivo ou negativo” (Carvalho, Fernandes e Texeira;2006:45).

Tabela 22 – Composição dos Fundos Próprios (Património Líquido)

unidade: Euros

Fundos Próprios	2009	2010	2011	2012
Fundo Patrimonial	7.150.500,32	7.720.271,55	7.771.368,77	7.779.855,82
Reservas	52.982,63	62.523,91	76.988,50	86.051,59
Doações	15.505,00	15.505,00	15.505,00	15.505,00
Subsídios + cedências + outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	3.004.040,74	3.571.789,53	4.136.822,73	4.048.057,56
Resultados do exercício	577.290,07	606.879,56	-80.106,75	385.226,28
Total dos Fundos Próprios	10.800.318,76	11.976.969,55	11.920.578,25	12.314.696,25
Proveitos Diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Fundos Próprios e Proveitos Diferidos	10.800.318,76	11.976.969,55	11.920.578,25	12.314.696,25

Fonte: Própria

Na **tabela 22** as componentes dos fundos próprios com maior valor são o fundo patrimonial e os resultados transitados, verificando-se um crescimento no fundo patrimonial em todo o período e nos resultados transitados igualmente um crescimento de 2009 a 2011 e um decréscimo de 2011 para 2012. Não são apresentados proveitos diferidos. O resultado do exercício é sempre positivo à exceção do ano de 2011 com o valor de -80.106,75€.

A variação das várias componentes dos fundos próprios é positiva, à exceção dos resultados transitados de 2011 para 2012 (88.765,17€) e o resultado do exercício de 2010 para 2011 (686.986,31€), no total dos fundos próprios a variação negativa verifica-se de 2010 para 2011 em -56.391,30€ (**tabela 23**).

Tabela 23 – Variação dos componentes dos Fundos Próprios (Património Líquido)

unidade: Euros

Componentes dos Fundos Próprios	Variação		
	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Fundo Patrimonial	569.771,23	51.097,22	8.487,05
Reservas	9.541,28	14.464,59	9.063,09
Doações	0,00	0,00	0,00
Subsídios + cedências + outros	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	567.748,79	565.033,20	-88.765,17
Resultados do exercício	29.589,49	-686.986,31	465.333,03
Total dos Fundos Próprios	1.176.650,79	-56.391,30	394.118,00
Proveitos Diferidos	0,00	0,00	0,00
Total dos Fundos Próprios e Proveitos Diferidos	1.176.650,79	-56.391,30	394.118,00

Fonte: Própria

4.1.5.4. Passivo

O **Passivo**, divide-se em passivo circulante, passivo de médio e longo prazo e acréscimos e diferimentos. “O Passivo são obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados (dívidas a pagar)” – de acordo com o disposto pelo IFAC (Carvalho, Fernandes e Teixeira;2006:45).

Tabela 24 – Componentes do Passivo

unidade: Euros

Passivo	2009	2010	2011	2012
Dívidas a Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas a Curto Prazo	189.558,88	140.318,06	206.828,01	126.231,91
Dívidas a Curto Prazo - natureza não orçamental	59.969,92	46.948,83	48.148,63	45.530,14
<i>Total das Dívidas a Curto Prazo</i>	<i>249.528,80</i>	<i>187.266,89</i>	<i>254.976,64</i>	<i>171.762,05</i>
Total de dívidas a terceiros	249.528,80	187.266,89	254.976,64	171.762,05
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Acréscimos de custos	173.154,61	170.611,87	200.363,73	140.904,17
<i>Passivo não exigível</i>	<i>173.154,61</i>	<i>170.611,87</i>	<i>200.363,73</i>	<i>140.904,17</i>
Total do Passivo (sem proveitos diferidos)	422.683,41	357.878,76	455.340,37	312.666,22

Fonte: Própria

Relativamente ao passivo salienta-se que nenhuma freguesia apresenta dívidas de médio e longo prazo (**tabela 24**). As dívidas a terceiros representam em média 55,57% do total do passivo no período de 2009 a 2012 e o passivo não exigível (provisões + acréscimos de custos) representa em média 44,43% do passivo total. Nas dívidas de curto prazo as de natureza não

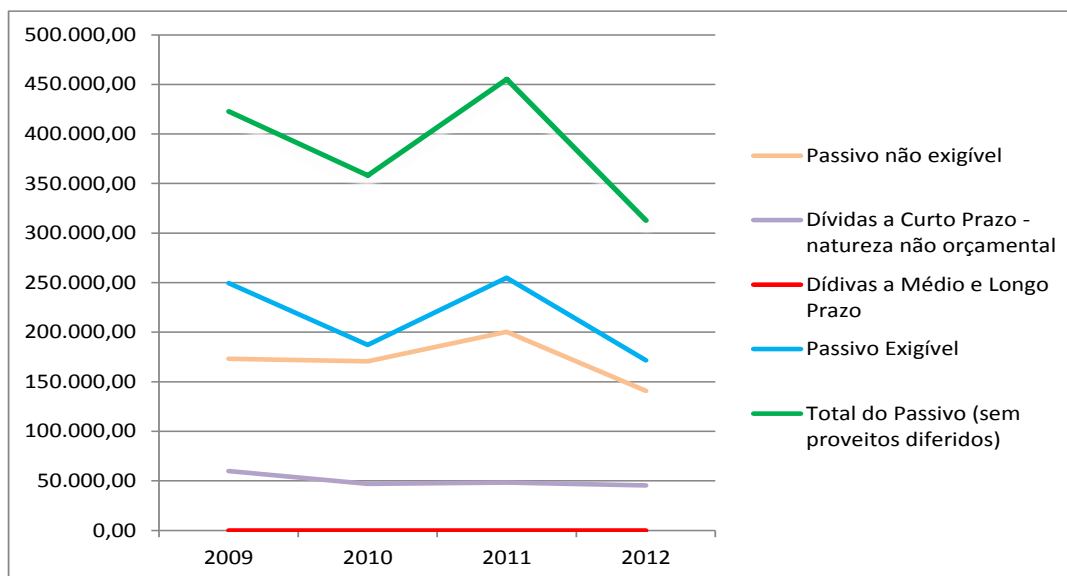
orçamental (operações de tesouraria) representam em média 13,11% e as restantes 42,46%, para o período em análise (**tabela 25**).

Tabela 25 – Estrutura do Passivo

Passivo	Estrutura (peso das componentes no total do passivo)				Estrutura da dívida a terceiros (peso de cada uma das duas componentes no valor da dívida a terceiros)			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Dívidas a Médio e Longo Prazo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Dívidas a Curto Prazo	44,85%	39,21%	45,42%	40,37%	75,97%	74,93%	81,12%	73,49%
Dívidas a Curto Prazo - natureza não orçamental	14,19%	13,12%	10,57%	14,56%	24,03%	25,07%	18,88%	26,51%
Total das Dívidas a Curto Prazo	59,03%	52,33%	56,00%	54,93%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Total de dívidas a terceiros	59,03%	52,33%	56,00%	54,93%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Provisões para riscos e encargos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%				
Acréscimos de custos	40,97%	47,67%	44,00%	45,07%				
<i>Passivo não exigível</i>	40,97%	47,67%	44,00%	45,07%				
Total do Passivo (sem proveitos diferidos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%				

Fonte: Própria

Gráfico 7 – Evolução do Passivo



Fonte: Própria

O passivo não exigível é representado pelos acréscimos de custos, os quais de acordo com as normas contabilísticas correspondem ao momento em que é criada a obrigação para com terceiros, ou seja são custos do ano mas serão pagos no ano seguinte, sendo geralmente referentes aos subsídios de férias, cumprindo assim com o princípio da especialização do exercício. Pela análise do **gráfico 7** verifica-se sempre um comportamento decrescente nas várias componentes do passivo, à exceção do ano de 2011.

Ranking 10 – Freguesias com maior Passivo Exigível (Divida), ordenados pelo valor de 2012

unidade: Euros

FREGUESIA		2009	2010	2011	2012
1	Alcabideche	9.671,37	7.122,28	121.894,73	85.797,08
2	Benfica	104.815,44	97.444,01	91.865,98	47.690,90
3	Marvila	44.786,00	39.134,00	29.900,84	28.650,13
4	Loures	19.424,29	12.662,35	8.760,89	8.149,74
5	Alverca do Ribatejo	70.831,70	30.904,25	2.554,20	1.474,20

Fonte: Própria

De acordo com o **ranking 10** a freguesia com maior passivo exigível (divida a terceiros) nos anos de 2009 e 2010 é Benfica, sendo Alcabideche com menor passivo exigível e nos anos de 2011 e 2012 as freguesias com maior e menor passivo exigível são Alcabideche e Alverca do Ribatejo, respetivamente.

4.1.5.5. Endividamento Líquido

O Endividamento Líquido de acordo com o disposto na Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro em vigor no período de análise é “equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dividas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros”, ou seja, “o endividamento líquido é calculado pela diferença entre as dividas a pagar e as disponibilidades e dividas a receber” (Carvalho et al; 2014:207).

Atualmente relativamente ao endividamento municipal, o mesmo está definido na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a qual revogou a Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, pelo que no art.º 52 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro “a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

A **tabela 26** e o **gráfico 8** apresentam o endividamento líquido no total das freguesias e a sua evolução.

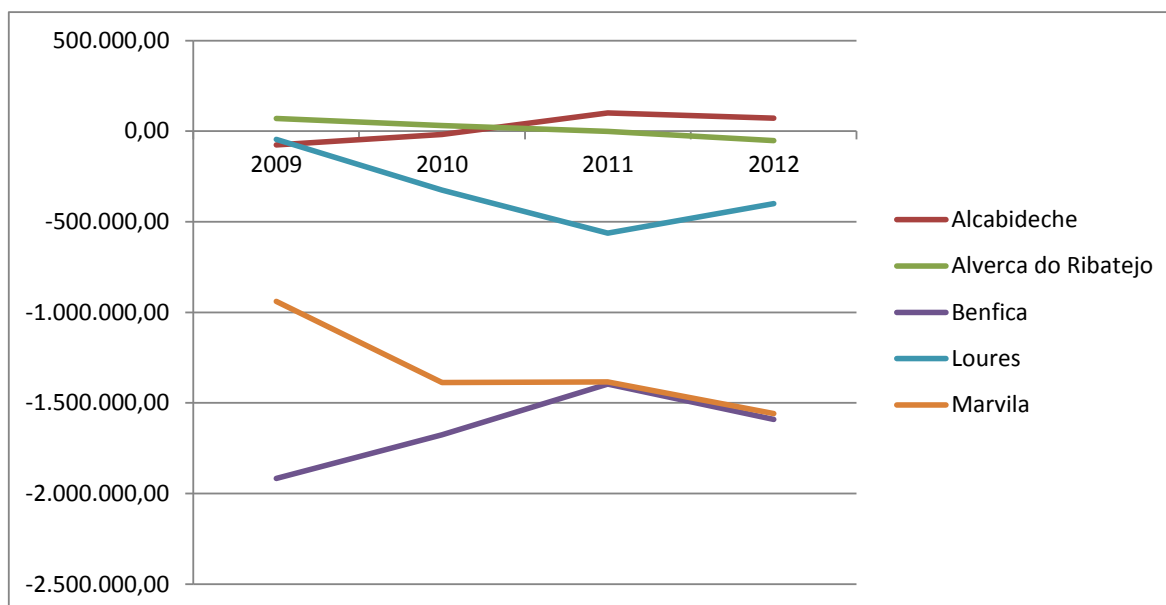
Tabela 26 – Endividamento Líquido das Freguesias

unidade: Euros

		2009	2010	2011	2012
Ativo	Dividas a receber	8.400,00	18.394,90	24.969,38	19.021,96
	Disponibilidades	3.149.113,00	3.544.522,01	3.473.471,52	3.685.759,25
	Total (a)	3.157.513,00	3.562.916,91	3.498.440,90	3.704.781,21
Passivo	Dividas a Pagar de curto prazo	249.528,80	187.266,89	254.976,64	171.762,05
	Dividas a Pagar de médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total (b)	249.528,80	187.266,89	254.976,64	171.762,05
	Endividamento Líquido (b-a)	-2.907.984,20	-3.375.650,02	-3.243.464,26	-3.533.019,16

Fonte: Própria

A **tabela 26** mostra que o endividamento líquido é negativo para todos os anos em análise, sendo crescente de 2009/2010 (467.665,82€) e de 2011/2012 (289.554,90€), verificando-se um decréscimo de 2010/2011 (-132.185,76€). O decréscimo verifica-se pela subida das dívidas a receber (6.574,48€), dívidas a pagar (67.709,75€) e a diminuição das disponibilidades (-71.050,49€).

Gráfico 8 – Evolução do Endividamento Líquido por Freguesia


Fonte: Própria

No **gráfico 8** as freguesias de Benfica, Loures e Marvila não apresentam endividamento líquido no período de 2009 a 2012. As freguesias que apresentam endividamento líquido são: Alverca do Ribatejo e Alcabideche, nos anos de 2009/2010 e 2011/2012, com os valores de 70.344,46€ / 20.631,70€ e 100.389,96€ / 71.482,21€, respetivamente.

4.1.5.6. Custos, Proveitos e Resultados Económicos

No presente ponto são analisados, o Resultado Económico, os custos e os proveitos.

O custo numa doutrina anglo-Saxónica “define-se como a contra prestação efetuada para adquirir bens e serviços” (Cashin Y Polimen, 1981), na doutrina continental “define-se custo (termo oposto a proveito) como o consumo avaliado em bens e serviços para a produção que constitui o objetivo da empresa” (Pedersen, citado por Fernandez Pirla, 1991:208).

Carvalho, Martinez e Pradas definem proveito “como um fluxo que provocou um incremento positivo no resultado económico do exercício e, consequentemente, no Património Líquido da entidade, associado a um incremento do Ativo ou uma diminuição do Passivo” (Carvalho, Martinez e Pradas; 1999:47).

A **tabela 27** apresenta a evolução dos custos no período e o **gráfico 8** apresenta graficamente a evolução dos custos.

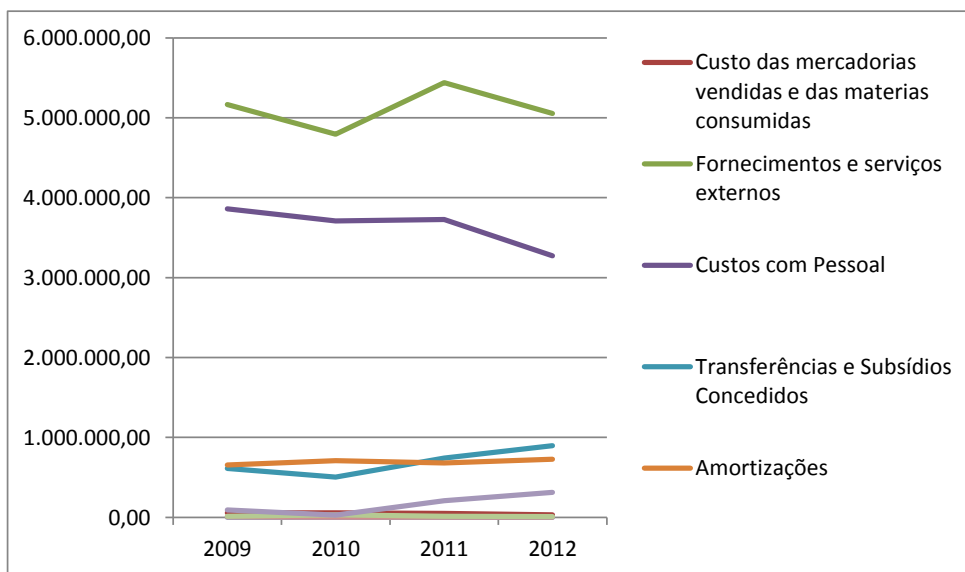
Tabela 27 – Evolução dos Custos, no período de 2009 a 2012

unidade: Euros

Custos	2009	2010	2011	2012
Custo das mercadorias vendidas e das materias consumidas	55.540,63	56.737,16	49.546,60	33.583,27
Fornecimentos e serviços externos	5.165.644,17	4.793.942,29	5.438.580,78	5.052.476,42
Custos com Pessoal	3.859.459,40	3.709.673,95	3.726.089,72	3.272.444,31
Transferências e Subsídios Concedidos	614.137,17	503.536,41	742.647,90	895.948,75
Amortizações	654.739,64	708.011,41	682.523,36	728.332,30
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Custos Operacionais	6.241,43	3.905,82	3.324,01	3.165,19
Custos Financeiros	13.215,37	30.546,39	14.318,33	12.046,51
Custos Extraordinários	93.040,01	29.185,03	209.155,04	313.972,16
Total de custos	10.462.017,82	9.835.538,46	10.866.185,74	10.311.968,91

Fonte: Própria

A evolução dos custos é decrescente nos anos par e crescente no ano impar, sendo os custos mais significativos os fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal. O ano com menor valor nos fornecimentos e serviços externos é 2010 (4.793.942,29€), sendo nos restantes anos sempre superior a 5.000.000,00€, os custos com o pessoal em 2012 representam o valor mais baixo atingindo 3.272.444,31€. Os custos que apresentam menor valor são os outros custos operacionais e os custos financeiros (**tabela 27 e gráfico 9**).

Gráfico 9 – Evolução dos componentes dos Custos


Fonte: Própria

Na evolução dos proveitos, representada na **tabela 28 e gráfico 10**, verifica-se que existe crescimento só em 2011, sendo o ano de 2009 o que apresenta maior valor de proveitos – 11.039.308,89€ e o ano de 2010 com menor valor em proveitos – 10.442.418,59€, originado pelo decréscimo de 568.815,88€ nas transferências e subsídios obtidos. Os proveitos com maior peso no período são as transferências e subsídios obtidos e as prestações de serviços, tendo as últimas, evolução crescente no período. As transferências crescem em 2011 e decresce em 2010 e 2012.

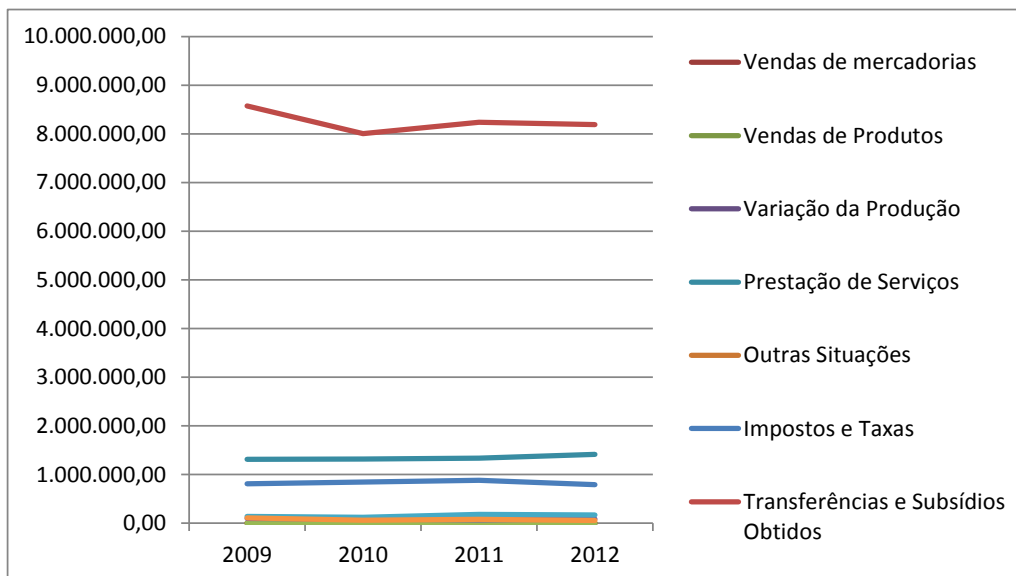
Tabela 28 – Evolução dos Proveitos, no período de 2009 a 2012

unidade: Euros

Proveitos	2009	2010	2011	2012
Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de Produtos	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação da Produção	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de Serviços	1.311.856,61	1.319.759,65	1.335.145,02	1.411.686,34
Outras Situações	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos e Taxas	807.543,78	843.970,64	882.108,33	792.247,44
Transferências e Subsídios Obtidos	8.575.008,56	8.006.192,68	8.239.570,84	8.190.277,50
Proveitos suplementares	1.640,00	580,00	3.198,72	25,00
Outros Proveitos Operacionais	97.970,14	85.558,31	68.211,98	82.791,77
Proveitos Financeiros	137.936,12	123.239,91	180.354,87	166.184,88
Proveitos Extraordinários	107.353,68	63.117,40	77.489,23	53.982,26
Total de proveitos	11.039.308,89	10.442.418,59	10.786.078,99	10.697.195,19

Fonte: Própria

Gráfico 10 – Evolução dos componentes dos Proveitos



Fonte: Própria

Os Resultados Económicos são a diferença entre os proveitos e os custos.

Da análise da **tabela 29** as freguesias no global apresentam resultado económico negativo no ano de 2011 no valor de -80.106,75€. Da análise individual por freguesia em 2011 verifica-se que existe UM número maior de freguesias com resultado económico negativo (3) e o ano de 2009 é o ano com menor número de freguesias com resultado económico negativo (1), A freguesia de Alverca do Ribatejo apresenta sempre resultado positivo, por sua vez a freguesia de Alcáideche apresenta sempre resultado negativo.

Tabela 29 – Evolução dos Resultados Económicos, no período de 2009 a 2012

unidade: Euros

Descrição	2009	2010	2011	2012
Proveitos	11.039.308,89	10.442.418,59	10.786.078,99	10.697.195,19
Custos	10.462.017,82	9.835.538,46	10.866.185,74	10.311.968,91
Resultados económicos	577.291,07	606.880,13	-80.106,75	385.226,28
N.º de freguesias com resultados negativos	1,00	2,00	3,00	2,00

Fonte: Própria

Tabela 30 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão das freguesias em 2012

Indicadores	2009	2010	2011	2012
N.º de freguesias	5,00	5,00	5,00	5,00
População	165.259,00	165.259,00	175.517,00	175.517,00
Custos com Pessoal/Custos Totais	36,89%	37,72%	34,29%	31,73%
Resultados económicos	577.291,07 €	606.880,13	-80.106,75	385.226,28 €
Resultados económicos/Proveitos Totais	5,23%	5,81%	-0,74%	3,60%
Resultados económicos per capita	3,49 €	3,67 €	- 0,46 €	2,19 €
N.º de freguesias com resultados negativos	1,00	2,00	3,00	2,00

Fonte: Própria

A população apresentada na **tabela 30** está de acordo com os CENSOS (de 2001 e 2011, pelo que nos anos de 2009 e 2010 foi utilizada a população dos CENSOS de 2001 e nos anos de 2011 e 2012 os CENSOS de 2011), verificando-se um crescimento da população de 2001 para 2011. O maior resultado económico *per capita* verifica-se em 2010 com o valor 3,67€ por habitante e o menor é 2,19€ por habitante em 2012.

O **ranking 11** apresenta o maior resultado económico por freguesias.

Ranking 11 – Maior Resultado Económico das Freguesias (valor absoluto)

FREGUESIA	2009	2010	2011	2012
1 Benfica	247.684,40	-56.791,16	-84.672,87	275.626,11
2 Marvila	231.147,00	442.762,00	-41.384,35	153.389,64
3 Alverca do Ribatejo	6.487,76	45.693,08	36.774,32	94.759,87
4 Alcabideche	-98.853,71	-114.075,65	-172.085,77	-23.883,45
5 Loures	190.825,62	289.291,86	181.261,92	-114.665,89

Fonte: Própria

De acordo com o **Ranking 11** a freguesia de Benfica apresenta maior resultado económico em 2009 e 2012, em 2010 e 2011 são as freguesias de Marvila e Loures respetivamente. As freguesias que apresentam menor resultado económico e sempre negativo são Alcabideche (de 2009 a 2011) e Loures (2012).

Conclusão

No âmbito do Mestrado de Contabilidade e Finanças foi elaborado o presente estudo, tendo como objetivo apresentar e analisar “A evolução financeira das freguesias da Região de Lisboa e Vale do Tejo no período de 2009 a 2012”, que aplicam o regime geral, pelo que, na revisão da literatura é apresentada a caracterização, do Poder Local, de Freguesia e do POCAL e são evidenciadas as diferenças entre o regime geral e o regime simplificado e apresentado o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e seus objetivos relativamente aos Municípios Portugueses.

A metodologia utilizada, é estudo de caso qualitativo e descritivo que “visa descrever as características de determinada população ou fenómeno ou a identificação de relações entre variáveis.” (Silva e Menezes; 2001:21 e Gil; 2010:27). Procedeu-se à caracterização da Região de Lisboa e Vale do Tejo no global e em pormenor a amostra, a qual é composta pelas freguesias de: Alcabideche, Alverca do Ribatejo, Benfica, Loures e Marvila. No ponto do estudo de caso é feita a análise de alguns indicadores, tendo por base os apresentados no AFMP, para se efetuar a análise orçamental e económico-financeira das freguesias mencionadas, apresentando-se também diferentes *rankings*, no período que decorre entre 2009 e 2012. Os *Ranking's* apresentados têm como objetivo indicar hierarquicamente o posicionamento das freguesias em análise no período de 2009 a 2012 para os indicadores estudados, verificando assim por exemplo, qual a freguesia que apresenta maior independência financeira, a freguesia com maior resultado económico, a freguesia que apresentada maior peso de despesas com pessoal, entre outros.

Em conclusão, na análise **orçamental**, verifica-se que no período de 2009 a 2012, nenhuma freguesia apresenta Independência financeira, sendo por isso, dependentes das transferências da administração central e local. A freguesia de Marvila apresenta o maior grau de execução da receita e a freguesia de Benfica o menor. A freguesia que apresenta maior valor de receita cobrada é Benfica, as que apresentam menor receita cobrada são Alverca do Ribatejo (2009, 2011, 2012) e Alcabideche (2010). A execução da despesa em média, é 80,62%, sendo a freguesia de Alverca do Ribatejo com maior grau de execução da despesa e Marvila, a freguesia com menor grau de execução. As despesas com maior peso no orçamento são: as aquisições de bens e serviços, as despesas com pessoal, a aquisição de bens de investimento e as transferências correntes. Na situação financeira global da amostra verifica-se que em 2011, o saldo orçamental, assim como o saldo global e primário, é sempre positivo, existindo nos anos de 2009 e 2012 duas freguesias com saldo primário negativo.

Na análise **Económico-financeira** efetuada, verifica-se que o imobilizado é a componente com maior peso no total do ativo, assim como as disponibilidades, as quais apresentam sempre saldo positivo. As componentes dos fundos próprios com maior peso são o fundo patrimonial e os resultados transitados. No ano de 2011, o resultado líquido é negativo. O passivo exigível é superior ao passivo não exigível em média 11%, sendo as freguesias de Benfica (em 2009 e 2010)

e Alcabideche (em 2011 e 2012) com maior passivo exigível e as freguesias que apresentam menor valor são Loures (em 2009 e 2010) e Alverca do Ribatejo (em 2011 e 2012). O Endividamento Líquido é negativo em todos os anos, logo não existe endividamento por parte das freguesias no global, individualmente as freguesias de Alverca do Ribatejo em 2009 e 2010, assim como a freguesia de Alcabideche em 2011 e 2012 apresentam endividamento líquido positivo, apresentando assim valor em dívida.

Os Resultados económicos são positivos à exceção do ano de 2011 com o valor de - 80.106,75€. Alverca do Ribatejo é a única freguesia que apresenta sempre resultado positivo e a freguesia de Alcabideche sempre resultado negativo. Da análise ao Balanço verifica-se equilíbrio financeiro na amostra, ou seja, os Fundos Próprios financiam o Ativo não Corrente (Imobilizado), originando uma margem de segurança (Fundos Próprios - Ativo não Corrente). o Ativo Corrente é superior ao Passivo Corrente verificando-se assim a capacidade das freguesias de fazerem face às dívidas a terceiros com os seus recursos cíclicos sem recorrer ao Ativo não corrente.

Relativamente às limitações deste estudo, salientam-se duas, a primeira, por ser um estudo de caso, o que nos impede de generalizar os resultados obtidos e a segunda, por ter um período de análise de apenas quatro anos. Todavia, a justificação da opção por esse período de análise prende-se, por um lado pelas dificuldades de obter a informação de períodos anteriores a 2009 e por outro, de haver um enquadramento legal diferente a partir de 2012.

Em termos de perspetivas futuras poderá ser um desafio alargar o presente estudo a nível nacional e com a Reorganização Administrativa em 2013, proceder ao mesmo estudo elaborando a comparação com o período antes e após a reorganização administrativa.

A Autora,

Rute Cristina Felicio Cordeiro Ascenso

Referências Bibliográficas

- AECA, (2001a), Marco conceptual para la información finaceira de las Entidades Públicas, Documento nº1, 1ª Edição, Orteça Edições, gráficas, Madrid.
- AECA, (2001b), La Contabilidad de Gestión en las Entidades Públicas, Documento nº15, 2ª Edição, Orteça Edições, gráficas, Madrid.
- ALMEIDA J. R. (2005); Contabilidade de Custos para Autarquias Locais, Vida Económica, 2ª Edição, Porto.
- ALVES, M. C. G. (2003). Relevância da Informação Contabilística – Abordagem Teórica e Estudo Empírico. Universidade da Beira Interior. Disponível em: 19-11-2014, em: www.ti.usc.es/lugo-xiii-hispano-lusas/pdf/05.../12_gaspar.pdf.
- AMARAL, Freitas (2002): “Curso de direito administrativo”. Volume I, Almedina, 2ª edição, Coimbra.
- BERNARDES, A. (2003), Contabilidade Pública e Autárquica – POCP e POCAL, 2ª edição, Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA)
- CAIADO, A.C. P., (2002): “Contabilidade de Gestão”, 2ª Edição, Áreas Editora, Lisboa.
- CAIADO, A.C. P., e PINTO, A. C., (2002): “Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública”, 2ª Edição, Áreas Editora, Lisboa.
- CAIADO, A.C.P., CARVALHO, J.B.C. E SILVEIRA, O.C., (2006):Contabilidade Pública – Legislação.
- CAIADO, A.C.P., CARVALHO, J.B.C. E SILVEIRA, O.C., (2007):Contabilidade Pública – Casos Práticos, Áreas Editora, Lisboa.
- Carta Europeia de Autonomia Local, de 15 de outubro de 1985.
- CARVALHO, J. B. da C., MARTINEZ, V. P., PRADAS, L. T., (1999): “Temas de Contabilidade Pública”, Rei dos Livros, Lisboa.
- CARVALHO, J. e RIBEIRO, Verónica (2004): “Os Planos Setoriais Decorrentes do Plano do Plano Oficial de Contabilidade Pública”, Revista n.º 56 da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, P. 20-31.
- CARVALHO, J. B., JORGE, S., FERNANDES, Mª J., e CAMÕES, P. (2005): “Implementação do novo sistema de Contabilidade Autárquica – Conformidade e Fiabilidade da Informação Relatada”, Revista n.º 65 da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, P. 26-35.
- CARVALHO, J., FERNANDES, M. J. e TEIXEIRA, A., (2006): “POCAL Comentado”, 2ª Edição, Rei dos Livros, Porto.
- CARVALHO, J., FERNANDES, M. J., CAMÕES, P. JORGE, S., (2014), “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2013”, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- CARVALHO, J., FERNANDES, M. J., CAMÕES, P. JORGE, S., (2015), “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2014”, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

- CARVALHO, J., FERNANDES, M. J., CAMÕES, P. JORGE, S., (2015), “Anuário Financeiro das Freguesias Portuguesas – 2014”, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- CASHIN Y POLIMEN (1981): “Cost Accounting”; McGraw-Hill; New York.
- CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e do Vale do Tejo (<http://www.ccdr-lvt.pt/pt/>).
- Circular n.º 1347, Serie A, da Direção Geral do Orçamento.
- Constituição da República Portuguesa, (2013), 2º edição.
- CORREIA, F., FERREIRA, J., (2002), “POCAL: Regime simplificado (Juntas de Freguesia)”, Edição ATAM.
- Decreto n.º 12541, de 26 de outubro de 1926.
- Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro
- Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.
- Decreto - Lei nº 232/97, de 3 de Setembro – Plano Oficial de Contabilidade Pública.
- Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.
- Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de setembro.
- Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de janeiro.
- Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.
- Decreto-Lei n.º 134/2012 de 29 de junho.
- Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro
- Direção Geral de Administração Interna – DGAI – www.dgai.mai.gov.pt.
- FERNANDEZ PIRLA, J. M. (1992): “Teoría Económica de La Contabilidad”; ICE, Madrid.
- FRADE C. M. (2003); Gestão das organizações públicas e controlo do imobilizado, Áreas Editora, Lisboa.
- FRANCO, A. de S. (1992), Finanças Públicas e Direito Financeiro, Vol. I, 4ª Edição, Coimbra.
- FREIXO, M. (2010), Metodologia Científica, Fundamentos, Métodos e Técnicas, Instituto Piaget, Lisboa.
- FREIXO, M. (2013), Metodologia científica; fundamentos técnicos. Lisboa Instituto Piaget. 4ª Edição. ISBN: 9789896591144.
- GIL, A. (2010), Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 5ª edição, Editora Atlas, São Paulo.
- Lei de 25 de Abril de 1835.
- Lei de 25 de junho de 1881.
- Lei n.º 88/1913, de 7 de agosto.
- Lei Fundamental/1976.
- Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro.
- Lei n.º 35/90, de 9 de agosto.
- Lei n.º 6/91, de 20 de Fevereiro.
- Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

- Lei n.º 42/98, de 6 de agosto.
- Lei n.º 169/99 de 18 de setembro.
- Lei 91/2001, de 20 de agosto.
- Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro.
- Lei n.º 52/2011, de 23 de outubro.
- Lei n.º 22/2012 de 30 de maio.
- Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro.
- Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro.
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro.
- LUÍS, José Gomes, 2002, POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Áreas Editora, 2ª Edição, Lisboa.
- MURTEIRA, B., Ribeiro, C., Silva, J. & Pimenta, C. (2002). Introdução à Estatística. Lisboa: Mcgraw-Hill.
- NEVES, J. C., (2000), Análise financeira, Técnicas fundamentais, Volume I, Texto Editora, 12ª Edição, Lisboa.
- Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro.
- Portaria n.º 898/2000, de 28 de Setembro.
- Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro.
- Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003.
- Resolução n.º 4/2001, 2ª Seção do Tribunal de Contas
- Resolução n.º 6/2013 – 2ª Seção do Tribunal de Contas
- RUA, S. C., CARVALHO, J. B. da C., (2006), Contabilidade Pública – Estrutura Conceptual, Publisher Team, Lisboa.
- SANTOS. L. D. and AMARAL, L. A. (2005), *A presença na Internet das juntas de freguesia portuguesas: Estudo comparativo entre 2002 e 2004*. Gávea – Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Universidade do Minho, Guimarães, 2005. ISBN: 972-98921-5-6.
- SILVEIRA, O. (2000), Mestrado: Da Adoção da Contabilidade Digráfica na Administração Pública Portuguesa: Seus Antecedentes e Perspetivas Futuras.
- SMITH, M. (2003), Research Methods in Accounting, Sage Publications, Ltd, New Delhi.
- TAPIA, M. (2000), Apuntes “Metodologia de Investigación”, INACAP. Disponível em: <http://angelfire.com/emo/tomaustin/Mrt/metinacap.htm>. Acesso em: 7 de Maio de 2010.
- TEIXEIRA, A. B. e ALVES, M. T., (2004), A importância da Contabilidade como Sistema de Informação, XVIII Congresso anual e XIV Congresso Hispano-Francês da AEDEM Associação Europeia de Direcção e Economia de Empresas, Vigo.

- TEIXEIRA, A. B., Mata, C., TEIXEIRA, N., PARDAL, P., (2011), “Prespetivas de Avaliação do Desempenho das Autarquias Locais – O caso dos Municípios do distrito de Setúbal”, XVI Congresso AECA, Granada.
- TEIXEIRA, A. B. (2009), A Contabilidade Como Sistema De Informação Nas Instituições Do Ensino Superior Público Em Portugal – O Caso Da Escola Superior De Ciências Empresariais, Doutoramento em Gestão, Especialidade Contabilidade, Universidade Aberta.
- VELA, BARGUES, J. M. (1992), Concepto y Principios de Contabilidad Pública, Instituto de Contabilidad y Auditoria de Cuentas.
- VENTURA, M. M. (2007, set/out). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Revista Socerj, Rio de Janeiro (Brasil). p 363 – 386.
- VIEIRA, V. A. (2002, jan/abr). As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. Revista FAE, Curitiba. Vol 5, nº 1, p 61-70.
- VILELAS, J. (2009). Investigação – O Processo de construção do conhecimento. Edições Sílabo. ISBN: 9789726185574.
- www.ine.pt
- <http://www.jf-alcabideche.pt/>
- <http://www.jf-benfica.pt/>
- <http://www.jf-loures.pt>
- <http://jf-marvila.pt/>
- <http://www.jf-alvercasobralinho.pt>

ANEXO

INDICADORES UTILIZADOS NO ESTUDO

Indicador	Fórmula
ANÁLISE ORÇAMENTAL	
RECEITA	
Independência financeira	Receitas próprias (01,02,04,05,07,08,09,11,13)
	Receitas totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos financeiros)
Grau de execução da receita	(Receita cobrada - Receita por cobrar no início do ano)
	Receita prevista
DESPESA	
Grau de execução da despesa	Despesa pagas do exercício e exercícios anteriores
	Despesa prevista
ANÁLISE PATRIMONIAL	
CUSTOS, PROVEITOS E RESULTADOS ECONOMICOS	
Resultado Económico per capita	Resultado económico
	População

Fonte: própria

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

Independência – a elaboração, aprovação e execução do orçamento é independente do OE;

Anualidade – os montantes previstos no orçamento são anuais coincidindo o ano económico com o ano civil;

Unidade – o orçamento é único;

Universalidade – todas as despesas e receitas têm de estar inscritas no orçamento, inclusive as dos serviços municipalizados, apresentando-se o orçamento dos mesmos, em anexo;

Equilíbrio – o orçamento tem de ser balanceado, ou seja, as receitas têm de cobrir as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes;

Especificação – todas as despesas e receitas, previstas no orçamento, são discriminadas;

Não consignação – uma receita não pode ser afeta à cobertura de determinada despesa, só se for permitida por lei;

Não compensação – as despesas e receitas são inscritas integralmente no orçamento, sem quaisquer deduções.

Fonte: (Caiado e Pinto, 2002:25)

PRINCÍPIOS E REGRAS ORÇAMENTAIS

Unidade e universalidade – “O Orçamento do Estado é unitário e compreende todas as receitas e despesas das entidades que compõem o subsector da administração central e do subsector da segurança social.”

Estabilidade orçamental – “A estabilidade orçamental consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental.”

Sustentabilidade das finanças públicas – “Entende -se por sustentabilidade a capacidade de financiar todos os compromissos, assumidos ou a assumir, com respeito pela regra de saldo orçamental estrutural e da dívida pública, conforme estabelecido na presente lei.”

Solidariedade recíproca – “O princípio da solidariedade recíproca obriga todos os subsectores, através dos respetivos serviços e entidades, a contribuírem proporcionalmente para a realização da estabilidade orçamental referida no artigo 10.º e para o cumprimento da legislação europeia no domínio da política orçamental e das finanças públicas.”

Equidade intergeracional – “A atividade financeira do setor das administrações públicas está subordinada ao princípio da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações, de modo a não onerar excessivamente as gerações futuras, salvaguardando as suas legítimas expectativas através de uma distribuição equilibrada dos custos pelos vários orçamentos num quadro plurianual.”

Anualidade e plurianualidade – “O Orçamento do Estado e os orçamentos dos serviços e das entidades que integram o setor das administrações públicas são anuais.”

Não compensação – “Todas as receitas são previstas pela importância integral em que foram avaliadas, sem dedução alguma para encargos de cobrança ou de qualquer outra natureza.”

Não consignação – “Não pode afetar -se o produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas.”

Especificação – “As despesas inscritas nos orçamentos dos serviços e organismos dos subsectores da administração central e da segurança social são estruturadas em programas, por fonte de financiamento, por classificadores orgânico, funcional e económico.”

Economia, eficiência e eficácia – “A economia, a eficiência e a eficácia consistem na: a) Utilização do mínimo de recursos que assegurem os adequados padrões de qualidade do serviço público; b) Promoção do acréscimo de produtividade pelo alcance de resultados semelhantes com menor despesa; c) Utilização dos recursos mais adequados para atingir o resultado que se pretende alcançar.”

Transparência orçamental – “A transparência orçamental implica a disponibilização de informação sobre a implementação e a execução dos programas, objetivos da política orçamental, orçamentos e contas do setor das administrações públicas, por subsector.”